

**CENTRO UNIVERSITÁRIO “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO” DE
PRESIDENTE PRUDENTE**

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**MULHERES GESTANTES EM SITUAÇÃO DE RUA E USUÁRIAS DE DROGAS: A
VIDA COMO ELA É**

Amanda Luísa Oliveira Silva
Andréia da Silva Subtil
Denise Cristina Lemes

Presidente Prudente/SP
2016

**CENTRO UNIVERSITÁRIO “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO” DE
PRESIDENTE PRUDENTE**

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**MULHERES GESTANTES EM SITUAÇÃO DE RUA E USUÁRIAS DE DROGAS: A
VIDA COMO ELA É**

Amanda Luísa Oliveira Silva
Andréia da Silva Subtil
Denise Cristina Lemes

Trabalho de Curso apresentado como requisito
parcial de Conclusão de Curso para obtenção de
grau de Bacharel em Serviço Social, sob a
orientação da Prof.^a M.^a Silvia Helena Manfrin.

Presidente Prudente/SP
2016

MULHERES GESTANTES EM SITUAÇÃO DE RUA E USUÁRIAS DE DROGAS: A VIDA COMO ELA É

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Prof.^a M.^a Sílvia Helena Manfrin

Prof.^a Dr.^a Andreia Silva Almeida

Prof.^a M.^a Simone Duran Toledo Martinez

Presidente Prudente, 29 de Novembro de 2016.

Trago na alma marcas profundas
De sonhos interrompidos
De uma vida perdida nas ruas
Meu corpo sente o desprezo
Por quem finge não ver
O quanto preciso de ajuda

Autora: Denise Lemes

Dedicamos este trabalho a todas as mulheres
que contribuíram para a construção desta
pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Meu eterno agradecimento primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui me dando forças para seguir em frente, proporcionando dias bons para que a caminhada se tornasse mais leve e dias ruins para que eu adquirisse experiências. Agradeço imensamente ao meu pai que sempre me apoiou desde o começo e me deu forças para continuar, lutou para que eu me sentisse protegida durante esta caminhada e que infelizmente hoje não se encontra mais presente. Acredito que o senhor esteja lendo esta mensagem ao lado de Deus e prometo fazer o máximo para que daí de cima você sinta orgulho de mim.

A minha Mãe Luiza que esteve ali me apoiando e dando forças para continuar e sempre me ensinou que devemos seguir em frente com humildade para alcançarmos nos objetivos. À minha Irmã Ianara, talvez seja a "Tata" mais louca que eu já conheci, mas que no fundo tem um coração gigante e estava sempre ali de alguma forma nem que fosse para me irritar. Brincadeiras à parte irmã, te amo. Aos meus familiares e amigos eu agradeço pelas palavras de incentivo e por todo o apoio que me concederam durante estes últimos quatro anos, em especial as minhas amigas Amanda, Juliana, Jessica, Wiliana, Pamela e Aline, por estarem comigo e por compreenderem as vezes que eu tive que me ausentar dos nossos encontros para me dedicar mais à graduação. Agradeço também a uma pessoa muito especial que me deu forças para seguir em frente e me mostrou que podemos errar e aprender com os nossos próprios erros, e que me fez perceber o quanto eu sou capaz de perdoar e a amar as pessoas.

As minhas colegas de TCC Andreia e Denise que não mediram esforços para a construção da pesquisa e realização do nosso sonho. Por todos os momentos bons e momentos ruins que passamos juntas, e por serem duas mulheres lindas e batalhadoras, a vocês desejo todo sucesso do mundo e levarei a nossa amizade para sempre. Agradeço também a professora Silvia Helena Manfrin e minha supervisora de estágio Sandra Martins por todo aprendizado e profissionalismo e por serem pessoas maravilhosas, as mulheres que contribuíram para enriquecer nosso trabalho.

“Independente do que estiver sentindo, levanta-se, vista-se e saia para brilhar”!

Amanda Luísa O. Silva

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois sei que sem ele nada seria possível, ele é o Senhor de todas as coisas, nada acontece sem que Deus permita.

Agradeço em especial meu esposo Almyr, minha filha Anna Júlia e meu filho Almyr Neto, e dedico esse momento de alegria a eles que estiveram ao meu lado em todos os momentos, fossem ruins ou bons, mas sempre me fortalecendo para a construção desse sonho, que não era apenas meu, mas nosso, de nossa família.

Não menos importante minha mãe Margarida, meu padrasto Aloísio, meu pai Cícero e meus quatro irmãos que de maneira direta ou indireta estavam envolvidos nesse momento da minha vida. Minha sogra Laura a quem tenho imenso carinho, que me apoiou sempre nessa minha empreitada, minhas cunhadas e cunhados, sobrinhos, sobrinhas, que também me incentivaram para esse projeto.

Aos meus colegas de trabalho da Secretaria de Assistência Social do município de Presidente Prudente os quais foram grande influência para que decidisse sobre o Curso de Serviço Social, às minhas supervisoras de estágio Selma e Rita que me proporcionaram conhecimentos únicos que serão utilizados no decorrer da profissão.

Meus professores que ao longo desses quatro anos contribuíram para minha formação proporcionando conhecimentos singulares, que irei levá-los por toda minha vida. Minha orientadora Silvia Helena Manfrin a quem devo todo respeito e agradecimento, a banca examinadora, muito obrigada.

A XXIX turma de Serviço Social Toledo, essas companheiras que se tornaram, dentro desses quatro anos de convivência, pessoas que fizeram diferença em minha vida. Especialmente minhas colegas de TCC Amanda e Denise que se tornaram amigas, devo grande agradecimento pelos momentos que passamos juntas, e pela paciência que tiveram com a minha pessoa.

Andréia da Silva Subtil

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por ter me concebido forças quando não tinha mais esperanças, principalmente por me permitir a graça de chegar onde cheguei. Agradeço sobretudo, à minha rainha minha mãe Maria e às minhas irmãs Renata, Rosane e Débora que sempre me apoiaram e sempre estiveram ao meu lado me acalmando quando necessário e dizendo “você consegue”. Vocês são os meus anjos.

Não poderia esquecer de minhas companheiras de TCC que sempre estiveram junto comigo nesta árdua caminhada, agradeço por tudo. Estarão sempre guardadas em minha memória.

Serei eternamente grata à minha amiga de coração Elaine Franco que infelizmente não pôde concluir o curso conosco, mas que sempre esteve presente em minha vida em todos os momentos bons e sobretudo os ruins. Por fim trago minha singela gratidão a todos os professores que contribuíram para minha formação e que desempenharam sua função com grande competência transmitindo-nos os conhecimentos necessários para nos tornarmos profissionais competentes. De modo especial a nossa orientadora Sílvia Manfrin a qual tenho grande estima, e por ser essa profissional maravilhosa que é.

À minha supervisora de estágio que me proporcionou todo conhecimento necessário de profissionalismo, ética, e competência, e a toda equipe técnica de trabalho que me acolheu com grande estima e permitiu momentos de alegria.

E a Toledo agradeço por dispor de um curso tão maravilhoso que é o Serviço Social, devo dizer que minha graduação permitiu um novo olhar frente à realidade da qual tem possibilitado grandes mudanças em minha vida.

Grata

Denise Lemes

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo primordial realizar uma análise de vida sobre as mulheres que estão em situação de rua gestantes e fazendo o uso de drogas, a fim de demonstrar os riscos que a mulher vivencia em seu cotidiano, demonstrando, sobretudo a necessidade de um serviço que atenda prioritariamente este público entendendo suas peculiaridades. Sendo assim para que pudéssemos melhor elaborar esta pesquisa foi necessário que primeiro fizéssemos uma referência à questão social e suas expressões e de que forma essas expressões rebatem na vida dessas mulheres, conceituando a ineficácia do Estado em propor acesso às políticas públicas que venham de fato ampará-las para que não fossem para as ruas. Trazendo ainda a questão social como princípio norteador embasado pela exclusão advinda do modo de produção capitalista a qual vivemos, pela contradição entre capital e trabalho. A seguir faremos um esboço histórico acerca do papel da mulher na sociedade em diferentes épocas e culturas, mas que se relacionam entre si pela condição de subalternidade, desigualdade e vulnerabilidade a qual estão sujeitas, potencializando ainda sua exclusão dos meios de produção e reprodução, e do mercado de trabalho, estigmatizando-as e desta forma contribuindo para sua entrada na situação de rua. Enquanto Proteção Social Pública voltada a este segmento populacional destacamos a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que vem a trazer as especificidades dos serviços destinados a essa População, como competência a Política para População em Situação de Rua, a Política Nacional de Assistência Social, Nota Técnica Conjunta nº001-2016 e demais serviços, dispendo de um total amparo, e a um melhor conhecimento sobre os serviços que são ofertados, sobretudo se este serviço contempla a todos em suas peculiaridades, como no caso da mulher. Para isso realizamos a pesquisa no Centro Pop, órgão que realiza o atendimento da Pessoa em Situação de Rua, também no Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua em Presidente Prudente que tem como especificidade o acolhimento temporário e acompanhamento, cujo espaço nos possibilitou conhecer de fato a realidade nas ruas. Como método de pesquisa utilizamos o materialista histórico dialético que permite melhor compreensão dos dados colhidos, bem como o uso de pesquisas eletrônicas, bibliográficas e de campo.

Palavras-chave: Mulheres Gestantes. Drogas. Serviço de Proteção. Direito

ABSTRACT

The Present research has as a prime goal to conduct a life analysis about the women who are in situation of homeless, pregnancy and making use of drugs, to show the risks that women face in their daily life, demonstrating, especially the need of a service that attends this public with priority understanding their peculiarities. So, to do this research in a better way it was necessary that first we make a reference to the social issues and its expressions and in what way these expressions rebuted in lives of these women, conceptualizing the State inefficiency in proportionate access to public policy that comes to support them to not be homeless. Bringing Social Issues as a guiding principle grounded for the exclusion arising from the capitalist mode of production that we live ,for the contradiction between capital and labor. in this way we will do a historical foreshortening about the women role in society in different times and cultures, but that are related by the subaltern condition, inequality and vulnerability that are subject, increasing their exclusion of production and reproduction means, and labor market, stigmatizing them and, in this way, contributing input them in the street situation. While Public Social Protection turned to this population segment, we highlight the National Typifying of Social Assistance that brings specifics of the services to this population, as competence to the Population Homeless Politics, the National Politics of Social Assistance, Technical Note Conjunct nº001 -2016 and other services, offering full protection, and a better knowledge about the offered services, especially if this service includes everyone in theirs peculiarities, as in the case of women. For this we did the search no Centro Pop, part that performs the attendance of homeless person, also in Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua in Presidente Prudente that is a temporary shelter and monitoring, whose place turn to us possible know, in fact, the street reality. As research method we use the historical materialist dialectic which allows better understanding of the collected data, as well as the use of electronic, bibliographic and field research.

Keywords: Pregnant Women. Drugs. Protection Service. Right

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AME AD – Ambulatório Médico de Especializado Álcool e Drogas

CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CAPS- Centro de Atenção Psicossocial

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESF- Estratégia de Saúde da Família

IST- Infecções Sexualmente Transmissíveis

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MG- Mulher Gestante

ONG - Organização Não Governamental

PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSE – Proteção Social Especial

SAPRU- Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS- Sistema Único de Saúde

UBS- Unidade Básica de Saúde

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E QUADROS

Gráfico 1- Faixa Etária.....	55
Gráfico 2 - Escolaridade	56
Gráfico 3 - Cor da Pele.....	56
Gráfico 4 - Número de Gestações.....	57
Gráfico 5 - Idade e Número de Gestações.....	57
Gráfico 6 - Motivos Pelos Quais Estavam nas Ruas.....	58
Gráfico 7 - Destino das Mulheres Após o Nascimento.....	59
Gráfico 8- Destino das Crianças Após o Nascimento.....	60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL	15
2.1 Questão Social e Vulnerabilidade.....	18
2.2 O Fenômeno “Situação de Rua e Suas Múltiplas Vulnerabilidades”.....	21
2.3 A Rua Como Espaço de Refúgio.....	25
3 O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE: VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO	29
3.1 O Papel do Estado na Construção de Políticas Públicas Para Proteção da População em Situação de Rua.....	41
3.2 Impactos Causados na Vida das Mulheres que Estão em Situação de Rua, Gestante e Usuária de Drogas.....	47
4 PERCURSO METODOLÓGICO	51
4.1 Retrato e Perfil das Mulheres em Situação de Rua em Presidente Prudente.....	54
4.2 Retrato de uma Realidade: A Vida de uma Mulher Gestante em Situação de Rua e Usuária de Drogas.....	61
4.3 Nota Técnica nº001/2016 Conjunta dos Ministérios da Saúde e Desenvolvimento Social: Um Modelo de Atenção Integral para Atendimento à Mulher Gestante em Situação de Rua e Usuária de Drogas a Ser Implementado.....	68
4.4 Serviço de Atendimento à Mulher Gestante em Situação de Rua e Usuária de Drogas: Um Exemplo de Atuação a Ser Seguido.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
7 APÊNDICES	
Apêndice A: Instrumental da Pesquisa: História de Vida.....	79
Apêndice B: Nota Técnica 001/2016.....	80

1 INTRODUÇÃO

A população em situação de rua é marcada pelas diversas expressões da questão social advindas das desigualdades inerentes ao sistema capitalista, que promove a exclusão de parcela da sociedade aos bens produzidos socialmente, bem como os priva de acessar direitos básicos como saúde, educação, habitação, lazer, o qual os afastam dos modos de produções e o acesso aos bens socialmente produzidos, ou seja, a população em situação de rua encontra-se marcada por mazelas expressivas da questão social.

É uma população que traz em seu histórico um índice alto de fragilidade, potencializados pelo esgarçamento ou mesmo rompimento dos vínculos familiares; vivem em situação de pobreza e fazem das ruas sua morada de onde obtém seu sustento.

Entre a população que se encontra utilizando a rua como espaço de refúgio e sobrevivência, destacamos o grupo de mulheres, mais especificamente as mulheres gestantes em situação de rua e usuárias de drogas, sujeitos da presente pesquisa, entendendo como importante relacionar a questão mulher à questão da rua, trazendo um percurso histórico de lutas e manifestações para a conquista de espaço na sociedade.

A partir deste parâmetro o presente trabalho discutirá questões que envolvem o serviço de proteção às mulheres gestantes, em situação de rua e usuárias de drogas em Presidente Prudente, através de uma pesquisa de campo a partir de dados coletados junto ao serviço do município com o objetivo de saber quantas e quem são essas mulheres em situação de rua, gestante e usuária de drogas.

Para além da situação de risco a que a mulher está exposta ao viver na rua e fazendo uso de drogas, existe ainda a criança que deve ser protegida, senão pela mãe ou pai que não tem condições para tal, pela família e, na impossibilidade desta, a proteção deve vir do Estado, através dos serviços existentes no município. Posto isto, buscamos também compreender se existe e quais seriam os serviços voltados ao atendimento dessa demanda.

Como já mencionamos, essas mulheres, em seu cotidiano, passam por grandes dificuldades e desafios vivendo toda sorte de violação de direitos, à margem de uma sociedade omissa. Partindo desse entendimento, estabelecemos como

hipótese que a mulher em situação de rua traz consigo vulnerabilidades potencializadas pela questão de gênero.

Para compreender os elementos que envolvem o denso tema da presente pesquisa, fizemos um percurso teórico abordando questões relacionadas à população em situação de rua como expressão da Questão Social; gênero e vulnerabilidade social e ainda alguns aspectos da política de atenção às pessoas em situação de rua.

Para criação da pesquisa, utilizamos todo o percurso histórico que venha demonstrar que a mulher ao longo da história passou por diversas situações de desigualdade e estigmatização em função de sua condição peculiar tendo como foco do trabalho mulheres gestantes, em situação de rua e usuárias de drogas na cidade em Presidente Prudente.

Seguido da Introdução, o segundo capítulo explora a população em situação de rua como expressão da questão social, justamente para reafirmar que as dificuldades que esta população enfrenta estão relacionadas à desigualdade social, a violação de direitos e acesso a bens e serviços socialmente produzidos. Falamos ainda do fenômeno situação de rua e suas múltiplas vulnerabilidades e por fim, trazemos apontamentos que reafirmam a rua como um espaço de refúgio.

O terceiro capítulo destaca o lugar da mulher na sociedade: as vulnerabilidades e as exclusões que as afetam justamente por serem consideradas como sexo “frágil”, bem como os avanços que comprovam as lutas, conquistas e evoluções das mulheres. Na sequência, trazemos o papel do Estado na construção de Políticas Públicas para proteção da população em situação de rua e, por fim, os impactos causados na vida de mulheres que estão em situação de rua, gestantes e usuárias de drogas.

No quarto capítulo é abordado inicialmente o percurso metodológico percorrido para a realização da presente pesquisa. A seguir, discutimos a rua a partir do olhar daqueles que a tem como morada, essencial para compreendermos algumas questões da realidade de exposição, vivenciadas por muitas pessoas, exposta a partir de uma amostra de dados da população de rua, no caso, a mulher gestante e usuária de drogas de Presidente Prudente, apresentando um breve perfil desse segmento.

Ainda nesse capítulo, para construir uma visão ampla sobre a realidade na pesquisa, utilizou-se de uma entrevista na modalidade história de vida para aprofundamento do conhecimento das situações concretamente vivenciadas por uma

mulher gestante em situação de rua e usuária de drogas, trazendo ainda uma nova perspectiva de vida através de acompanhamento profissional e institucional.

Nesta ordem trazemos ainda a necessidade da criação de serviços destinados a este público, bem como apresentamos uma norma técnica recentemente expedida pelo Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social a respeito dos serviços que devem ser prestados a esse público em específico como uma sugestão e o desejo que seja implementado em Presidente Prudente. Na sequência, como contribuição, trazemos uma experiência exitosa já em funcionamento no Brasil como sugestão.

Por fim, as considerações finais com o aprendizado e as percepções das pesquisadoras sobre o tema pesquisado, objetivando com o presente trabalho contribuir para a visibilidade dessa população tão invisível, trazendo o tema para o debate público e quem sabe, contribuir para o incremento das políticas públicas a essa população no município de Presidente Prudente.

2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

O processo histórico que envolve o fenômeno população de rua possui uma relação histórica no cenário urbano que começou a ser perceptível a partir da expansão da industrialização e as conseqüentes mudanças no mundo do trabalho associadas às transformações societárias promovidas pelo capitalismo contemporâneo.

Entretanto, a história revela que as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se a estrutura da sociedade capitalista; sua produção e reprodução têm bases nos processos imanentes à acumulação do capital no contexto de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente a capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo, conforme dito anteriormente. (SILVA, 2009, P. 105)

A partir do entendimento do autor é possível inferir que uma das motivações que podem levar a mulher e o homem a tornar-se parte da população de rua tem relação com as condições impostas pela sociedade de classes que estão organizadas para defender o mercado capitalista e não às pessoas e à vida.

Isso significa dizer que as pessoas que não estão no mercado de trabalho e, associadas a isso tem os seus direitos básicos violados, estão expostos à situação de vulnerabilidade que pode contribuir para que passem a viver em situação de rua, expressão radical da questão social da contemporaneidade.

É inegável que o crescimento do setor industrial causou impactos na sociedade como um todo e um de seus reflexos mais significativos está relacionado ao desemprego.

Tendo em vista que a população em situação de rua se apresenta como uma das expressões da questão social, a mesma advém de sucessivas rupturas (vínculos familiares, societários), e falhas de um sistema capitalista desigual, que favorece a classe burguesa, enquanto o proletariado que depende da venda de sua força de trabalho como meio de sobrevivência vai ficando cada vez mais distante do acesso às riquezas socialmente produzidas, culminando para a vivência nas ruas, onde utilizam de estratégias diárias para sua subsistência.

A questão social fundante posta na relação capital/trabalho intervém intrinsecamente na vida dos sujeitos e suas expressões vão assumindo novos contornos dependendo do momento histórico. Tínhamos na época da industrialização

o trabalho precário e desprotegido, associado ao alto contingente de mão-de-obra que compõe o exército de reserva. Esse cenário produz uma massa de pessoas excluídas do processo produtivo e reprodutivo da sociedade e resultam, como consequência, em diversas formas de exclusão social, inclusive a população em situação de rua.

Alguns autores defendem a existência de uma nova questão social. Outros sustentam que a questão social é única e o que modifica são suas expressões. Concordando com esta fundamentação, nos utilizamos de Marilda lamamoto (2011, p. 164) para explicitar esse conceito de renovação da questão social:

Constata-se hoje uma renovação da “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio históricas na sociedade contemporânea aprofundando suas contradições e assumindo novas expressões na atualidade. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia-a-dia contra as mesmas- lutas na sua maioria são silenciadas pelos meios de comunicação- no âmbito do trabalho do acesso aos direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, entre outras.

Como bem nos esclarece a autora, as expressões da questão social se modificam e assumem novas formas de se expressar em diferentes segmentos, como nas transformações no mundo do trabalho, cada dia mais especializado e competitivo, exigindo níveis elevados de qualificação.

Esse cenário traz uma clara mensagem que não há espaço para todos, e aqueles que não conseguem acompanhar o acelerado processo de mudanças postas no mundo do trabalho vão ficando excluídos, à margem, podendo chegar a rompimento completo tornando-os invisíveis aos demais.

Frente à tamanha complexidade, ressaltamos que cabe ao Estado a promoção de proteção social dos indivíduos, atuando na direção da redução das diversas expressões da questão social que são materializadas de diferentes formas, dentre elas está a população de rua que traz uma complexidade de demandas sociais que exigem um posicionamento do Estado na criação de mecanismos de proteção.

Partindo da concepção de que a questão social é a problematização de necessidades sociais por sujeitos que buscam reconhecimento e respostas políticas para suas demandas no âmbito do estado, podemos refletir sobre a ideia de Castel apud Costa (2005, p. 02):

Não se trata de uma crise pontual, mas de um processo de desestabilização da condição salarial. A vulnerabilidade das massas e, de forma mais aguda, a exclusão social de grupos específicos são resultados da desagregação progressiva das proteções ligadas ao mundo do trabalho. Consistem em processos de “desfiliação”, ou da fragilização dos suportes de sociabilidades.

A questão social está, portanto, relacionada essencialmente aos conflitos entre capital e trabalho e das expressões dela derivadas que produzem as desigualdades e as necessidades sociais, expressões da sociedade capitalista.

Marilda Villela lamamoto (2011, p. 60) nos ensina que a questão social, expressão da desigualdade gera também certa rebeldia, justamente pelo fato de os sujeitos que as vivenciam resistirem e se tornarem opositores que lutam por seus direitos como trabalhadores explorados. Nas palavras de lamamoto:

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas, e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania” (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismo e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais.

A produção da desigualdade expõe parcela da população a situações de vulnerabilidade necessitando da proteção do Estado a partir da criação de políticas sociais protetivas, materializadas nas políticas sociais, de saúde, educação, habitação, que via de regra não são capazes de promover a inclusão social de parte significativa da população.

Sendo assim, embora haja políticas sociais voltadas ao suprimento das necessidades básicas do ser humano, esta não alcança significativa parcela da população, como no caso da população de rua, pelo simples fato de não se enquadrarem na parcela da população capaz de produzir riquezas, acabando por serem excluídos do convívio social e desprotegidos perante o Estado.

Como já amplamente mencionado, as expressões da questão social são materializadas em nossa sociedade pela existência da pobreza, da miséria, da ausência de direitos sociais, da violência em suas diferentes formas e traz significativos rebatimentos na vida de parte da população brasileira, em especial àquelas mais vulneráveis, gerando por parte o conformismo da situação vivida pela

descrença na possibilidade de transformações, e por outro lado a rebeldia pela insatisfação com as condições de vida que lhes são impostas.

2.1 Questão Social e Vulnerabilidade

Para falarmos sobre a questão social é necessário que primeiramente façamos um recuo histórico buscando analisar o que é a questão social e de que forma ela se apresenta, entendendo que suas expressões se materializam na vida daqueles que sofrem as desigualdades sociais advindas do capitalismo, reforçando a distribuição desigual das riquezas socialmente produzidas àqueles que centralizam o poder, enquanto grande parte da sociedade vivencia o crescimento da pobreza, exclusão e miséria.

De acordo com o pensamento de Castel, Wanderley e Wanderley sobre a questão social na América Latina durante a passagem das etapas de lutas e entrada da industrialização, cujo percurso traz novos contornos e alterações no quadro mundial como expostos a baixo:

Em todo esse longo percurso, em que pese o fato de algum progresso o crescimento econômico e certas conquistas sociais, no geral, as desigualdades e injustiças reinantes na estrutura social latino-americana vão se avolumar, por consequência das relações assimétricas de dominação e subordinação na produção, no poder político, na estrutura de classes e na estratificação social, na elaboração do pensamento e da cultura, considerando principalmente os processos de exploração econômica e dominação política, ao lado de outros fatores importantes, tais como territoriais, demográficos, étnicos, de gênero. (CASTEL, WANDERLEY E WANDERLEY, 2011, P. 58)

Partindo do entendimento dos autores é possível inferir que a presença das desigualdades e injustiças sociais sempre foram presenças marcantes na sociedade, com relações assimétricas e de dominação de uma classe sobre a outra. Essas desigualdades são materializadas através das expressões da questão social que se evidenciam não somente na exploração econômica, mas de diferentes formas, afetando diretamente a vida da classe trabalhadora.

Esse contexto está intrinsecamente associado a um Estado que vem reduzindo sua condição de provedor de direitos em função dos grandes retrocessos pela adoção de políticas de cunho neoliberal que trouxe à população mais vulnerável

a intensificação da exclusão social por meio de privatizações, terceirização e o desemprego estrutural, associadas ao desmonte dos direitos sociais.

As políticas neoliberais adotadas por sucessivos governos promoveram um aprofundamento das desigualdades sociais, atribuindo ao mercado o poder de regulação das relações econômicas, proposto aos indivíduos a responsabilização em “se virarem no mercado”, privilegiando os interesses privados da burguesia, detentores de poder, e os demais vão ficando cada vez mais à margem (Iamamoto, 2011).

Nesse cenário, a classe trabalhadora é quem sofre as consequências com o desmonte dos direitos sociais; bem sabemos que não há emprego para todos, as relações trabalhistas sofrem ataques subsequentes com a terceirização, desprotegendo a relação de trabalho. Soma-se a isso o avanço da tecnologia e a consequente substituição da mão de obra por máquinas, resultando no desemprego estrutural. Outros problemas são a esses associados, visto que a tecnologia exige também outra qualificação do trabalhador para ser inserido no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, requerendo pessoas capacitadas.

Toda essa conjuntura social e econômica vem rebatendo diretamente na vida da classe trabalhadora que necessita da venda de sua força de trabalho para sobreviver, expressando a contradição existente entre capital e trabalho inerente ao modo de produção capitalista, pela apropriação da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores e com eles não partilhada.

Iamamoto nos ensina sobre as profundas desigualdades trazidas pelo capitalismo e que resulta na miséria e exploração vivenciadas pela classe trabalhadora:

Na direção analítica supra-referida, a questão social expressa a subversão do humano própria da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas- do capital dinheiro e de seu fetiche. Conduz à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores- resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida) -, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades média do capital. (IAMAMOTO, 2011, P. 125)

Esse cenário no qual vivemos traz consigo como desdobramentos a banalização do ser humano e de suas necessidades. A forma de viver em sociedade que valoriza cada vez mais o ter em detrimento do ser impulsiona o ser humano a

possuir coisas, ainda que absolutamente supérfluas e descartáveis, fomentando cada vez mais o consumo, sem que se perceba o quanto executamos um trabalho alienado, não usufruindo, de fato, daquilo que se produz.

Essa roda viva a que a sociedade e especialmente a classe trabalhadora explorada vive, acaba por naturalizar cada vez mais as desigualdades sociais produzidas pela ordem capitalista vigente. Àqueles que não estão no ciclo do capital, que não conseguem consumir estão à margem da sociedade, relegados à extrema pobreza e exclusão, tornando-os sobrantes e naturalizando a sua condição.

Segundo Iamamoto o desenvolvimento desigual entre o econômico e o social é o que vem a revelar-se como fundante da pobreza como podemos ver abaixo:

A noção de desenvolvimento desigual é utilizada em sua acepção clássica (Marx, 1985, t.I, v. II): a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista. Revela-se como reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais, fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital, alijando segmentos majoritários da sociedade do usufruto das conquistas do trabalho social. (IAMAMOTO, 2011, P. 129)

Na direção do pensamento de Iamamoto, o desenvolvimento de desigualdades está presente em todos os aspectos da sociedade, sejam eles culturais, materiais, sociais, artísticos, e jurídicos, naturalizando as diferenças, acabando por frear as possibilidades de transformação pela rebeldia da classe proletária à ordem vigente, não pelo contentamento da situação de vida a qual é submetido, mas pela ausência de potencial mobilizador e quando este existe, pela atuação repressiva por parte do Estado.

Falar sobre o rebatimento das expressões da questão social na vida dos trabalhadores requer uma análise, sobretudo da ineficácia das políticas públicas em atingir este enorme contingente de pessoas que vivenciam diariamente a exploração, a violência, o abandono, a falta de acesso a políticas públicas com qualidade que venham, de fato, suprir as necessidades daqueles que delas precisam e que possibilitem aos seus usuários uma mudança significativa de vida.

Castel, Wanderley e Wanderley (2011, p. 63), destaca a concepção de questão social como:

E ela se transforma efetivamente em questão social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equacioná-

la, torna-la pública, transformá-la em demanda política, implicando tensões e conflitos sociais.

Entretanto as expressões da questão social vivenciadas pela sociedade só podem assim ser consideradas quando uma parcela da sociedade subalternizada se revolta frente às condições impostas, e busca por seus direitos, toda via, essas lutas constantes em busca da efetivação de direitos gera grandes conflitos o que faz com que ocorra a repressão, pois o que a sociedade implica é que o Estado promova seu dever para com o cidadão do acesso igualitário as políticas públicas.

Na mesma direção apontam lamamoto e Carvalho (2000, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Desta forma a questão social se manifesta na vida daqueles que lutam por seu reconhecimento enquanto classe trabalhadora que vivencia diariamente as expressões da questão social, e requer um olhar sobre suas mazelas, expresso pela contradição entre capital e trabalho, e que faz com que o trabalhador busque para além de caridade e repressão, exigindo que seus direitos sejam garantidos.

2.2 O Fenômeno “Situação de Rua e Suas Múltiplas Vulnerabilidades”

Ao falar sobre a população de rua é necessário então ressaltar que se trata de uma expressão da questão social advinda da ordem capitalista materializada pela exclusão de pessoas aos bens e riquezas socialmente produzidas. As pessoas em situação de rua são em sua maioria àquelas que vivem em condições de extrema pobreza cujos direitos foram sendo reiteradamente violados, até seu completo rompimento.

Estar em situação de rua significa ter seus direitos básicos violados, quais sejam: direito à moradia, alimentação, saúde, educação, higiene etc., fazendo de locais públicos como praças, banheiros, parques, canteiros dentre outros, seu espaço de sobrevivência.

A realidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua retrata um processo de exclusão social que atinge pessoas do sexo feminino, masculino, bem como jovens ou ainda famílias inteiras com diferentes realidades, mas que as tornam iguais pela vulnerabilidade a que estão sujeitas.

Segundo dados colhidos junto ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Presidente Prudente somam-se 96 pessoas em situação de rua, sendo 14 mulheres, e 82 homens, isso nos mostra que o percentual de homens sobrepõe o número de mulheres nas ruas, porém esta porcentagem não oculta à vulnerabilidade que as mesmas sofrem como veremos a seguir.

Rosa e Brêtas (2015) nos trazem esclarecimentos ao falar sobre as vulnerabilidades concretas entre homens e mulheres moradores de rua:

A partir do recorte gênero, depreendemos que homens e mulheres apresentaram diferenças substanciais nas formas que vivem e internalizam a situação de rua. Dentre elas, destacamos que, para o homem, a rua foi o desfecho de uma condição terminal de ruptura e degradação social; neles mantinham-se vivos o desejo de retornar às condições de vida perdidas. Já para algumas mulheres, representou uma solução inicial para situações de violências e insatisfações com o espaço doméstico. Não nutriam o desejo de voltar para o lar perdido ou abandonado, mas de construir outro. Enfim, a experiência de terem sido vitimizadas permitiu a elas conferir significados a sua experiência e constituir a si mesmas. (ROSA e BRÊTAS, 2015, P. 281)

Como defendido pelos autores, há uma diferença significativa no modo como homens e mulheres experienciam a situação de rua. Para os homens, a rua é resultante da ruptura dos vínculos, e, segundo os autores, neles permanece o desejo em retornar à vida anterior. Quanto às mulheres, o cenário é outro, visto que elas tomam para si a rua como um espaço de libertação das violências e insatisfações sofridas no ambiente familiar, na busca da possibilidade de reconstruir suas vidas; no entanto, por vezes, acabam por se deparar com a continuidade deste ciclo de violência, que podem assumir novos contornos em função do ambiente desprotegido ao qual estão submetidas.

Sobre as vulnerabilidades e riscos sociais que as mulheres estão sujeitas a vivenciar nas ruas, Rosa e Brêtas acrescentam:

Assim como em Frangella, encontramos a violência como um dos elementos intrínsecos ao universo das moradoras de rua – seja implícita ou explícita. A violência pode ser enfocada nos conflitos territoriais, nas práticas sexuais ou opressões de gênero entre os próprios habitantes de rua, nas intervenções

materiais e simbólicas agressivas concretizadas pelos agentes urbanísticos, ou no discurso, no plano da ofensa recorrente dirigida a esse segmento, alimentando o ciclo estigmatizante de sua imagem. (BRETAS E ROSA, 2015, P. 281)

As mulheres sofrem ainda acréscimos de violência e acabam se tornando um alvo fácil para a “caça”, isto é, são violentadas sexualmente no cotidiano nas ruas, podendo contrair doenças sexualmente transmissíveis, além das violências físicas advindas pela disputa de local para dormirem, objetos, dentre outros, sobretudo, ainda assim se faz presente a questão de gênero alimentando este ciclo de violência contra as mulheres.

A inserção das mulheres na vivência das ruas é resultante de inúmeros fatores, como por exemplo: perda de emprego, tentativa de fuga do ambiente familiar por diversos motivos como exploração sexual e a violência, o rompimento de algum laço afetivo, desilusão amorosa, o uso de bebidas alcoólicas e drogas, entre outros.

Sem encontrar possibilidades de resolução das situações de conflito ou sofrimento, a rua acaba se tornando um refúgio para aqueles que não encontram outras perspectivas de mudança de vida, sem entender que o sistema a qual estamos inseridos é desigual e não há espaço para todos, acaba por naturalizar sua condição de vida pela lógica de que “isso é assim e não há nada para fazer” (Sawaia, 2008. P. 23).

A sociedade, como bem sabemos, divide-se entre aqueles que tem acesso aos bens e serviços socialmente produzidos e aqueles que estão à margem dessa sociedade de consumo. Aos que estão fora, à margem, devido a não adequação aos parâmetros impostos pela sociedade, estão, dentre outros, a população em situação de rua.

Estes se configuram como uma parcela invisível da sociedade, excluídos das demais parcelas; situação que acaba propiciando a construção de laços afetivos com seus pares, os demais moradores de rua, pela igualdade de pobreza extrema e pela necessidade de buscar o pertencimento a um grupo.

Esse pertencimento e a necessidade de inclusão em um determinado grupo social, ainda que excluído do restante da sociedade, é necessário para a condição humana, o que Sawaia denomina como inclusão perversa. Nas palavras do autor, ao discorrer sobre as dimensões do processo de exclusão/ inclusão perversa argumenta que:

A sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estão inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (2008, P. 08)

O processo de inclusão no qual grande parte da população está inserida, como denomina o autor, é um processo perverso, visto que implica na exclusão massiva dos meios de produção igualitário, do acesso aos bens e serviços com qualidade, ao mundo do trabalho com jornadas e remunerações dignas, entre outros, predominando a desigualdade desenfreada, naturalizando as expressões da questão social.

No entanto, falar sobre a população em situação de rua engloba vários aspectos que devem ser enfatizados trazendo à tona, sobretudo, suas particularidades, suas fragilidades, suas vulnerabilidades, seu papel na sociedade, e no mercado de trabalho, para que seja possível compreender sua trajetória de vida, seus vínculos familiares e societários, dentre tantos outros que culminaram com a vivência nas ruas.

Silva (2009, p. 105) ao tratar das múltiplas questões que caracterizam o fenômeno população em situação de rua nos esclarece que:

O primeiro aspecto são suas múltiplas determinações e a multiplicidade que conduz à situação de rua, fala-se em fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos, ligados à história de vida de cada indivíduo (ruptura dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais-mortes de todos componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem etc.) e, ainda, em fatos de natureza ou desastre de massas-terremotos, inundações etc.

Como nos ensina a autora, os fatores estruturais, biográficos e naturais são componentes do fenômeno situação de rua, visto que, são as condições de vida impostas aos sujeitos diariamente pela sociedade capitalista, impossibilitando aos sujeitos a transformação da condição vivida. Aliado a essa ausência de possibilidades impostas pela sociedade capitalista, as pessoas em situação de rua são ainda consideradas perigosas pela sociedade, tornando-os cada vez mais excluídos do convívio comunitário e submetidos cotidianamente ao preconceito, o que potencializa ainda mais o processo de exclusão, como dispõe Silva (2009, p. 119):

O preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno. Em todas as épocas e lugares sempre houve discriminações relacionadas às pessoas em situação de rua. As diversas denominações pejorativamente utilizadas pela sociedade para designá-las são exemplos de preconceito social existente: “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contraventores”, “vadios”, “loucos”, “sujos”, “flagelados”, “náufragos da vida”, “rejeitados”, “indesejáveis”, “pedintes”, “encortiçados”, “toxicômanos”, “maltrapilhos”, “psicopatas”, “carentes”, “doentes mentais”, entre outros.

Além de vivenciar extrema pobreza e violação de direitos, a população de rua ainda sofre com o preconceito, como mencionado, deixando-os expostos a todos os tipos de vulnerabilidades e riscos sociais, sujeitos a várias situações de violência, e devido sua aparência, suas roupas e sapatos sujos, e seu modo de vida, são vistos como uma ameaça para a população.

2.3 A Rua Como Espaço de Refúgio

Pessoa em situação de rua é como denominamos o indivíduo que utiliza a rua como seu lugar, seu espaço, um lugar livre onde permanecem conforme suas necessidades.

Segundo posto no dicionário, a palavra rua¹ designa estrada, calçada, concreto, asfalto. “Serve para caminhar, correr, e até mesmo saltar”. Não há, na descrição do vocábulo “rua” o sinônimo de morar, mas é moradia e refúgio² daqueles que nela habitam. A propósito, o significado de refúgio, de acordo com “Abrigo; lugar que alguém procura para fugir ou para se livrar de um perigo”. Ou seja, o espaço que seria utilizado como esconderijo, para fugir ou se esconder de algum perigo, e que teria, portanto, um caráter provisório, transitório entre uma situação e outra.

De acordo com a cartilha do MDS (p.13), a definição de população de rua pode ser entendida como a população que:

Utilizam-se de logradouros públicos (praças jardins, canteiros, marquises, viadutos) e de áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente.

¹Disponível em: <http://www.dicio.com.br/dicionarioru>. Acesso em 03 de abril de 2016.

² Disponível em: <http://www.dicio.com.br/refugio>) acesso em 03 de abril de 2016.

A população em situação de rua se caracteriza como um grupo de pessoas de ambos os sexos, predominantemente do sexo masculino tendo em comum a vivência em situações de pobreza extrema, vínculos familiares rompidos e/ou fragilizados, dentre outras similaridades.

Dentre vários motivos que levam pessoas estarem em situação de rua, a exclusão socioeconômica se torna a mais significativa. Numa sociedade em que o trabalho é o que qualifica o homem, as pessoas em situação de rua se tornam fora dos padrões que o mercado capitalista impõe. Conforme Tiene (2004. P. 38).

Porque são fruto desse processo de depredação da força do trabalho, que atinge também a própria natureza, tirando o alimento, o abrigo, as condições, até de certa forma, naturais de sobrevivência, concluo que essa população é excluída em dois sentidos: do trabalho (real, concreto, que lhe garantiria a vida material) e como “massa sobranete” está fazendo dela um modo de vida. De um lado, essa “massa sobranete” faz parte do processo de acumulação (é incluída) e, de outro lado, é excluída do processo de cidadania.

Dessa forma o desemprego, uma expressão da questão social, pode ser também um dos motivos para uma pessoa tomar a rua como sua morada, por não ter alternativas, e fazer parte dessa massa sobranete.

As pessoas em situação de rua estão sujeitas a inúmeros riscos, expressos por sua vida absolutamente desprotegida e desprovida de qualquer possibilidade de preservação da privacidade.

As mulheres em situação de rua, pela ótica de comparação homem/mulher se tornam desiguais. Desigualdades que são enfrentadas em seu cotidiano, elas que encontraram a rua e fazem dela abrigo, ao invés de encontrar uma morada encontram dificuldades e entram em situações, tais como uso de substâncias psicoativas que podem se tornar irreversíveis. O espaço rua se torna não só sua moradia, mas também maneira de sobreviver.

A pessoa em situação de rua encontra nas drogas uma das saídas para suportarem os malefícios que a rua traz. A prostituição também é sua moeda de troca para obter seu alimento, o espaço para dormir e a droga, que tem o seu preço alto nessa situação.

Historicamente a mulher vive a submissão, subordinação perante a sociedade, seu corpo é biologicamente frágil e causa ao mesmo tempo desejos, muitos enxergam como provocação. Culturalmente crescemos ouvindo dizer, que se um homem pedir na rua geralmente recebe o não e “vai trabalhar vagabundo”,

diferente da mulher quando pede, principalmente quando estão acompanhadas de crianças, são bem aceitas e geralmente recebem a ajuda.

O preconceito direcionado a essas pessoas que estão em situação de rua é comum; a sociedade as enxergam, quando enxergam, como pessoas que têm as mesmas chances que tiveram e estão na rua por simples escolha, ou porque não foram fortes o suficiente para suportar as vicissitudes da vida ou ainda porque não querem trabalhar. De acordo com Giorgetti (2014, p. 62)

O preconceito é, de fato, uma mediação da exclusão social, isto é, da ordem simbólica excludente. Em outras palavras, sua definição supõe um julgamento antecipado ou prematuro que pode assumir características excludentes.

Dentre os desafios que são postos diariamente a pessoa que está na rua, o preconceito é um dos mais significativos a ser enfrentado todos os dias. A exclusão a que são cotidianamente submetidos, nos mais diferentes aspectos, não apenas aos meios de produção, mas também de toda uma sociedade classista, cuja prevalência está relacionada ao que se possui não o que se é ou se pode ser.

Analisando então a rua como refúgio, na verdade vemos nessa população sua vulnerabilidade, riscos, privacidade invadida, suas vidas estão à mercê de todos que de alguma forma veem essas pessoas e as não enxergam como pessoas de direito, como todo cidadão.

Entendendo que a rua possa ser o refúgio para pessoas por vários motivos, estes estão sujeitos a perigos e armadilhas que a rua traz, situações que os tornam muito mais expostos do que refugiados, embora sejam invisíveis para a maioria da sociedade, ainda de acordo com a Cartilha moradores de rua:

Destituídos dos seus direitos, eles resistem à exclusão e lutam pela sobrevivência cotidiana. Estão dentro da cidade, mas a cidade não os enxerga. São invisíveis em meio à população. É como se houvesse uma parede invisível, separando duas cidades. Uma onde tudo é possível. Outra, onde tudo é negado: proteção, privacidade, água, alimentação, aconchego, banho. Sofrem o preconceito e as consequências das políticas “higienizadoras”, que têm como objetivo “limpar” a cidade, expulsando os moradores de rua de todos os lugares. (CENTRO POP, 2011, S/P)

Seus direitos estão presentes, mas não efetivados. Em 2009 com o decreto nº7.053 de 23 de dezembro institui-se a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Muitos princípios fazem parte dessa Política, mas infelizmente

muitos desconhecem seus direitos vivendo sem perspectiva para o futuro. Politiza-los, capacita-los e mostrar para essas pessoas que são cidadãos de direitos é uma alternativa para que sejam efetivados seus direitos.

3 O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE: VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO

Para que possamos falar sobre o papel da mulher na sociedade é necessário que façamos um retrospecto histórico, com o objetivo de conhecer os papéis vividos e atribuídos às mulheres ao longo do tempo, as diferentes formas nas diversas culturas.

Cabe ressaltar que cada período tem suas especificidades e valores arraigados, em conformidade com o período histórico vivido, chegando até os dias atuais, buscando demonstrar todo o processo de evolução das posições sociais ocupadas pela mulher

Observa-se que quando as mulheres das tribos indígenas tupi tinham o primeiro fluxo menstrual era considerado motivo de festa, pois assim ela estaria entrando no mundo adulto e, em breve, poderia se casar, todo este ritual feito seria a comemoração de novos reprodutores da força de trabalho (PRIORE, 2010, p. 18).

Portanto, não havia tantas restrições quanto a união das índias entre membros da mesma família, exceto casamentos entre pais e filhos, filhos e mães, e entre irmãos, do contrário a mulher estava apta para se casar.

Nessa modalidade de união, o homem pedia permissão ao pai ou parente mais próximo da noiva, não havendo cerimônia nem promessas. Caso o marido estivesse insatisfeito com a união, poderia expulsar a mulher e vice versa, podendo o casamento ser desfeito.

Já entre os índios selvagens, quando se cansavam de suas esposas, as entregavam a outros homens como presentes, a maior parte dos índios possuía apenas uma mulher, já os grandes guerreiros e caciques propagavam a poligamia, podendo chegar ao número de quatorze mulheres, tendo, cada uma delas, uma determinada função na cabana, como nos explicita Priore (2010, p. 19): '[...] e o que mais é admirável: vivem todas em paz, sem ciúmes nem brigas, obedientes todas ao marido, preocupadas com servi-lo dedicadamente nos trabalhos e do lar, sem disputas nem dissensões de qualquer espécie.'"

Entretanto, a mulher indígena era vista como objeto sexual de seus parceiros, com a tarefa primordial de cuidar de seus maridos; não possuía nenhum valor perante os homens, mas por conta de valores que foram sendo introjetados culturalmente, consideravam sua condição como algo natural, e que deveria obedecer

a seu esposo e servi-lo, sobretudo, pois a poligamia praticada pelos machos era vista como sinônimo de fortaleza e de poder.

Como pudemos ver ao longo deste período colonial no Brasil com a chegada dos viajantes portugueses, durante o século XVI e XVII, pôde-se analisar o quanto as índias tupinambás sofriam, por serem vistas como objeto de satisfação sexual dos homens da tribo, e também sobre a imposição cristã sobre seus valores culturalmente arraigados. (PRIORE, 2010, P. 11)

No entanto, este cenário explicitou a sujeição da mulher ao homem, a mulher não tinha o direito de se recusar, era obrigada a aceitar as condições impostas, não podia manifestar o desejo de escolha, nem ao menos questionar, aceitava os fatos como naturalizados pela tradição. Muitas índias eram dadas como presente aos viajantes, bem como eram prometidas aos chefes da tribo quando ainda eram crianças.

Ainda sobre a chegada dos Europeus e o encontro com as indígenas tupinambás, a nudez das índias levou Jean de Léry a refletir sobre a relação entre os costumes dos povos civilizados e dos bárbaros (PRIORE, 2010, P. 26).

Sendo assim, a tradição presente naquela época entre as indígenas suscitavam nos homens o desejo carnal, já que as mesmas andavam nuas e usavam somente apetrechos que chamavam ainda mais a atenção daqueles que chegavam, provocando a tentação aos homens, pois percorriam durante anos viajando e ao se deparar com elas perdiam a razão, deste modo as mulheres eram usadas como objeto de satisfação sexual dos mesmos durante este período colonial que evidenciava esta relação de submissão e subalternidade.

Os homens que praticavam a poligamia como vimos acima, eram considerados poderosos, todavia, se as mulheres praticassem o adultério, eram extremamente criticadas e até mesmo penalizadas de diversas formas, pois a mulher lhe cabia somente o papel da fidelidade para não desonrar seu esposo.

Mary Del Priore discorre sobre o adultério feminino e suas consequências:

O adultério feminino causava grande horror. O homem enganado podia repudiar a mulher faltosa, expulsá-la, ou ainda, em casos extremos, matá-la, pautando-se na *lei natural*. Quando as mulheres engravidavam em uma relação extraconjugal, a criança era enterrada viva e a adúltera, trucidada ou abandonada nas mãos dos rapazes. Em compensação, o marido não se vingava do homem que havia mantido relações sexuais com sua esposa, para

não ganhar a inimizade de todos os parentes do outro, o que causaria um rompimento e, possivelmente, daria origem a uma guerra perpétua. (PRIORE, 2010, P. 20)

Isso nos mostra que em determinados momentos da história sofrimento das mulheres, mesmo aquelas que diante das imposições se calavam e aceitavam com resignação. No entanto, havia também aquelas que se rebelavam contra estas imposições e contra a superioridade dos homens imposta socialmente.

Havia, portanto, um regramento social entre os integrantes da tribo que naturalizava a superioridade masculina pautando-se na lei natural, que era considerada tradição, que permitia ao homem penalizar a mulher adúltera por enganá-lo, partindo dele a escolha do que seria feito desta mulher, podendo optar em matar, ou expulsá-la, ou ainda entregá-la a alguns rapazes que lhes usariam como bem quisessem. Quando houvesse frutos desta relação extraconjugal, enterravam a criança.

Priore (2010, p. 46) nos ensina como a igreja se portava frente à sexualidade feminina na colônia:

A todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade. São Paulo, na Epístola aos Efésios, não deixa dúvidas quanto a isso: “As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja...Como a igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos.” De modo que o macho (marido, pai, irmão etc.) representava Cristo no lar. A mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca. Já que a mulher partilhava da mesma essência de Eva, tinha de ser permanentemente controlada.

A superioridade do homem, portanto, era legitimada e potencializada pelos valores doutrinários da Igreja, referendando a sujeição das mulheres aos homens, como ao senhor, devendo a mulher obedecer à igreja e, sobretudo, ao seu esposo e demais integrantes machos da família, pai, irmãos, reforçando ainda mais a inferioridade feminina.

Como vimos, a igreja desempenha sua função de repressora e controladora da mulher e de seu corpo, não somente sobre sua sexualidade, mas, em seu modo de vestir, de se portar, devendo preservar sua beleza natural, sem enfeites,

cabendo a ela o papel de permanecer na fé, na santidade e no amor característicos da época.

A autora ainda discorre sobre a ideologia do amor romântico entre as burguesas.

Até que ponto a mulher burguesa conseguiu realizar os sonhos prometidos pelo amor romântico tendo de conviver com a realidade de casamentos de interesse ou com a perspectiva de ascensão social? Depois de tantas leituras sobre heroínas edulcoradas, depois de tantos suspiros à janela, talvez lhe restasse a rotina da casa, dos filhos, da insensibilidade e do tédio conjugal. (PRIORE, 2010, P. 236)

Vemos, portanto, que as mulheres burguesas idealizavam um amor romântico, esperavam ansiosamente viver uma paixão, casar-se por amor, mas que por sua vez acabavam por se decepcionar, tendo em vista que a realidade se apresentava de forma diferente, predominando o casamento por interesses econômicos ou ascensão social.

Contudo, de tanto a mulher esperar pelo amor que tanto sonhava, e pela realidade vivenciada, passaram então a aceitar sua condição rotineira de cuidar da casa, dos filhos, e a viver sua insatisfação conjugal a qual não as permitia outra escolha, senão a aceitação as condições que lhes fossem impostas.

Avançando na história da mulher na sociedade, em meados do século XIX a escravidão era comum e o papel que a mulher exerceu durante este período expressa nas falas de Priore (2010, p. 275):

A mulher escrava era praticamente vista como aquela que guarda a semente, mas não co-causadora do nascimento do filho. A mulher é a coisa, a matéria onde podem unir-se os elementos que produzirão um outro ser, mas, por si só, no seu estado natural, sem possuir laço sagrado e legal do casamento, seu fruto será também natural.

Para tanto, a mulher enquanto escrava resguardava em seu ventre frutos da escravidão, futuros trabalhadores escravos, não haviam nenhum laço pois a mesma era vista como “coisa”, não cabia a ela expressar suas vontades e desejos, somente obedecer ao que lhes fora mandado. Esse foi um período de muita violência contra as mulheres, pois eram forçadas a manterem relações sexuais para procriação de mais escravos ou ainda serviam sexualmente aos seus senhores.

Embora com mudanças de acordo com o período histórico vivido, os papéis exercidos pelas mulheres na sociedade foram marcados pela imposição da inferioridade e submissão em relação ao homem, forjados por tradições e culturas.

Saffioti (2013, p. 45) discute sobre o papel da mulher enquanto estrutura social, podendo esta ser advinda do sistema capitalista ou pela tradição cultural:

O recurso à comparação da condição da mulher em estruturas sociais de tipo diverso auxilia, contudo, a superar essa dificuldade, indicando até que ponto a inferiorização social da mulher decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista de produção ou da mera persistência de uma tradição cultural, na qual a mulher representava um ser submisso, ou ainda de uma redefinição dessa tradição, tendo-se em vista seu emprego racional como meio para a consecução de fins como o confinamento, no lar, de uma mão de obra que o sistema produtivo dominante não tem capacidade de absorver.

A autora traz significativos questionamentos: seria a submissão feminina necessária à manutenção da tradição cultural como necessidade estrutura social ou uma incapacidade do sistema capitalista em absorver a mão de obra feminina, referendando, para a harmonia do sistema, a permanência da mulher nas tarefas do lar?

Carvalho e Paiva (2009, s/p) delimita a revolução industrial como principal influenciadora do processo de transformação nos papéis a serem desempenhados pela mulher:

A partir da Revolução Industrial, das modificações no mercado de trabalho como competitividade e inclusão da mulher, há um estreitamento dos laços emocionais na família. O casamento passa a incluir a questão da escolha envolvendo o amor, surge a importância do olhar para a vida do casal, não havia mais a obrigatoriedade, ele só seria concedido, se as duas partes se encontrassem satisfeitas com o laço.

É evidente que a Revolução Industrial, período no qual as mulheres adensaram o processo de lutas por condições dignas de trabalho, bem como a salários melhores, acabou por resultar em outras conquistas: permitiu o poder da escolha pela liberdade em decidir com quem se casaria e que este relacionamento fosse por amor e não por obrigação, como vimos capítulos anteriores na qual as mulheres já eram prometidas aos senhores quando crianças, violando todos seus direitos.

Pode-se dizer que o capitalismo não foi o criador da condição de inferioridade das mulheres perante aos homens, mas, veio a contribuir com este

cenário, provocando o aprofundamento das disputas e desigualdades de ambos os sexos, presentes no processo de lutas durante a revolução industrial, e que se tornou explícito esta exploração do outro.

Segundo Saffioti (2013, p.19) o processo capitalista expressava mais ainda a inferioridade da mulher pela exploração no uso da mais valia excedente:

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então.

O capitalismo, como bem se sabe, implica na apropriação da força de trabalho da classe operária e isso se intensifica quando se trata das mulheres, apropriando-se extremamente da mais valia por elas produzidas, explorando-as de todas as formas, visando a acumulação rápida de capital, uma vez que, embora produzissem o mesmo que os homens e de forma igual, não recebiam igualmente pelos serviços executados.

Porém, com o capitalismo, as mulheres passaram a ser mais exploradas tendo em vista que para o capitalismo é conveniente usar da mão de obra feminina, pois é mais barata, e assim reduziria os gastos, e, por conseguinte aumentaria o lucro por elas produzidas.

Saffioti (2011, p. 105) discorre sobre as vulnerabilidades a que as mulheres estavam submetidas no patriarcalismo.

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutora de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve a prestação de serviços sexuais a seus dominadores.

Deste modo, além de todo sofrimento vivido por elas, potencializado pelo poder coercitivo que as obrigavam a ceder suas vontades e desejos, pelos desejos dos homens, acabava por ocultar a violência que as mesmas vivenciavam nas relações conjugais com seus esposos, pois eram obrigadas a manter relações sexuais com seu marido contra suas vontades, considerando este processo de controle como algo natural, rotulando-as como prioridade absoluta da figura masculina.

As mulheres, portanto, sempre estiveram numa condição de subordinação em vários aspectos, sendo excluídas do processo de produção, por serem consideradas sexo frágil, sensíveis ao trabalho, sendo este destinado somente aos homens; à mulher caberia tão somente o papel de reprodutora da força de trabalho, ou seja, só serviam para gerar filhos.

Canôas (1997, p. 49) comenta sobre o processo de produção e reprodução entre homens e mulheres.

As relações sociais de gênero vão se evidenciar nas funções exercidas pelo masculino e o feminino nos processos de produção e reprodução da vida. Para compreender a categoria reprodução é necessário perceber os três níveis em que ela se realiza, a saber: biológico, social e força de trabalho. A reprodução biológica é o processo de produzir e criar filhos, indo, portanto, além da fecundação do parto; inclui tudo o que se faz para o desenvolvimento físico das pessoas, observando suas necessidades básicas, principalmente de alimentação e saúde. A reprodução social se encarrega da produção das condições que sustentam um sistema social, inclusive acesso e controle de recursos econômicos de uma geração a outra. A reprodução da força de trabalho é a manutenção diária dos que trabalham, para que continuem a trabalhar, e se incube também de formar novos trabalhadores, ensinando às crianças e aos jovens a se converterem em trabalhadores.

É possível compreender que a autora elenca os três níveis em que a categoria reprodução se materializa na sociedade: na reprodução biológica, no sentido de reproduzir a vida e a sua manutenção; na reprodução social, ao transmitir e perpetuar valores, inclusive no sentido de manter a transmissão de bens e na reprodução da força de trabalho ao formar e manter a nova classe de trabalhadores, num encadeamento lógico de ideias e reprodução de interesses de determinados segmentos.

A autora continua dizendo que o exercício de dominação se expressa de diversas formas:

Historicamente o gênero feminino tem aparecido numa situação de subordinação ao gênero masculino. Subordinação abrangendo um conceito geral de dominação masculina, onde encontraremos vários componentes, como exploração, desigualdade, opressão, repressão, patriarcalismo, machismo e discriminação, como as formas mais usuais do exercício de dominação. (CANÔAS, 1997, P. 50)

Sendo assim, as formas mais frequentes utilizadas pelos homens para propagar seu poder de dominação sobre as mulheres advêm de sua condição masculina, reforçada pelo machismo que se autodenomina superior, por ser do sexo

masculino, e a mulher do sexo feminino, nas relações de desigualdades entre ambos os sexos, as tornando mais reprimidas e discriminadas de todas as maneiras ao longo de suas vidas.

A questão de gênero veio então a potencializar ainda mais este processo de exclusão a qual a mulher vivenciou ao longo da história, e ainda vive, é evidente a diferenciação entre o homem e a mulher no mercado de trabalho, pois mesmo ambos executando a mesma função com a mesma jornada de trabalho, a remuneração é desigual, como nos esclarece Canôas (1997, p. 45):

Todos sabemos ou já sentimos que homens e mulheres não são tratados da mesma maneira na fábrica, no sindicato, na igreja, no clube, na escola ou mesmo dentro das tarefas da casa. Vive-se diferente, na condição de homem ou de mulher, nas mais variadas regiões do mundo.

Portanto, são nítidas as diferenças e as desigualdades presentes entre homens e mulheres em vários aspectos, como já exposto, embora a mulher exerça a mesma função que o homem, ainda não são remuneradas de forma igualitária, são sujeitas a abusos de todas as formas no ambiente de trabalho, por seus patrões, sobrecarregadas com os afazeres domésticos, atividade socialmente atribuída às mulheres.

O papel de inferioridade da mulher, não está prioritariamente ligado à sua condição econômica, classe social ou ainda pela a sua cor, mas está referendado por uma cultura patriarcal arraigada em nossa sociedade, como nos explica a autora:

Em resumo, as mulheres de diferentes classes sociais têm problemas comuns, ocasionados pelas relações sociais no capitalismo no qual todas são consideradas subordinadas. Esta subordinação aparece igualmente nas mulheres da classe dominante ou nas do proletariado. (CANÔAS, 1997, P. 52)

Vemos, portanto, que as mulheres tanto da classe dominante ou do proletariado vivenciam o mesmo processo de inferiorização, expressas também por meio das relações sociais do capitalismo, que as subjogavam e as colocam como inferiores aos homens, assim como aqueles que são detentores de poder (burgueses) são superiores aos que não possuem acesso aos meios de produção (proletariado).

Saffioti (2011, p. 110) explicita claramente sobre o conceito de gênero e sexo no processo de diferenciação entre homens e mulheres.

Para manter o rigor conceitual, entretanto, pode-se adotar a expressão categorias de sexo para se fazerem referências a homens e as mulheres como grupos diferenciados, embora a gramática os distinga pelos gêneros masculino e feminino e apesar de o gênero dizer respeito às imagens que a sociedade constrói destes mesmos masculino e feminino. Neste sentido, o conceito de gênero pode representar uma categoria social, histórica, se tomado em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão categoria de sexo.

Conforme o argumento da autora, há uma diferenciação do conceito de sexo, como categoria utilizada para diferenciar o sexo masculino do feminino, já a questão de gênero expressa em sua síntese às imagens atribuídas ao homem e mulher e seu papel a ser construído historicamente pela sociedade diferentemente de sua dimensão masculina e feminina.

A partir de então, pode-se identificar o conceito de subordinação que a mulher vivencia no processo de produção e reprodução das relações sociais identificadas historicamente pelos conceitos que a própria sociedade atribui às mulheres e aos homens, de que um é superior ao outro, no caso o homem superior à mulher.

Embora a mulher tenha vivenciado uma grande trajetória histórica envolta de grandes sofrimentos, desigualdades e exploração, sendo constantemente calada pela sociedade que lhes atribuía valores, aos quais deveriam cumprir rigorosamente, e sem questionar, a mulher buscou aos poucos conquistar seu espaço na sociedade.

Saffioti (2013, p.62) discorre sobre o processo produtivo da mulher na sociedade capitalista na Inglaterra e na França indagando o papel a elas atribuído.

Na Inglaterra do século XVII, havia mulheres casadas entre os agiotas, proprietários de papelarias e navios, vendedores de livros, donos de lojas e fornecedores de roupas para o exército e marinha. Além de participarem do comércio varejista e atacadista, elas chegaram a deter um monopólio na fabricação têxtil inglesa. Também na França, durante todo o Antigo Regime, a mulher gozou de todas as capacidades necessárias ao exercício das atividades comerciais. Em qualquer dos dois países, contudo, as liberdades femininas se circunscreviam às atividades da mulher negociante. Em todas as outras esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não.

No entanto, seja na Inglaterra ou na França, a figura feminina se ateve, num determinado período, somente às atividades comerciais, ganhando maior visibilidade no processo de negociação de venda e troca de produtos, apresentando

neste contexto a mulher negociante, além de apresentar a mulher com sua liberdade regulada, pois, somente exerceria outra função seja no âmbito do trabalho, ou em sua vida, se acaso houvesse tutela por parte do homem da casa, podendo este ser o marido ou não, desde que represente a figura masculina no ambiente familiar, ressaltando a mulher enquanto um ser incapaz de se autogovernar, ou de resolver problemas referentes a vida produtiva familiar, por sua sensibilidade e fragilidade, diferente da força e poder do macho.

Sobre as mudanças ocorridas no papel da mulher, Canôas (1997, p. 56) elucida que uma das conquistas da mulher referente ao poder do voto.

Vivendo esse novo momento histórico, as mulheres conquistam finalmente, em 1932, com o novo Código Eleitoral Brasileiro, direito ao voto. Em 1933 acontece a campanha eleitoral para assembleia constituinte, quando é eleita a primeira deputada de nossa história, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz.

Sendo assim, aos poucos foram conquistando espaços que não possuíam até então, se firmando enquanto possuidoras de direitos; passaram a votar, a buscar seu espaço no mercado de trabalho e não apenas as responsabilidades do lar.

Saffioti esclarece sobre a ilusão de pensar que o ingresso da mulher no mercado de trabalho com a expansão capitalista libertaria a mulher de sua condição construída historicamente pela sociedade de classes:

Apesar da tese difundida de que o desenvolvimento do capitalismo proporcionaria um novo tipo de família, livre de preconceitos, que permitiria o trabalho feminino fora do lar, constata-se que “as facilidades da vida moderna” continuam mantendo a mulher trabalhadora presa ao lar. É ilusório, segundo a autora, “imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente. (SAFFIOTI, 2013, P. 18)

Como posto pela autora, embora o processo de entrada gradativa da mulher no mercado de trabalho na ampliação do capitalismo pudesse suscitar o pensamento de “favorecer” as mulheres, que passariam, desta forma, a ganhar maior visibilidade, considerando a condição feminina anterior, de dona de casa, voltada somente aos afazeres domésticos e para a reprodução e submissão, de fato, não se concretizou.

O capitalismo, portanto, introduz nesta sociedade a ilusão de que sua ordem capitalista iria possibilitar às famílias a construção de novos valores, para além daqueles atribuídos ao longo da história e pela tradição, respaldado numa ampla gama que abriria espaço para a mulher, e que de fato fora realizado, mas que por outro lado só reforçaria ainda mais a inferioridade das mesmas, porém de modo oculto.

Rodrigues (2002, p. 12) comenta sobre a participação da mulher enquanto elemento crítico no feminismo

Mais, do que antes, torna-se inadiável “uma reforma das atitudes e percepções estereotipadas”, tendo em vista que “ a participação das mulheres é um elemento crítico”, na mudança social que se enraíza na própria condição de mulher. Uma nova direção é anunciada para o feminismo como um movimento da história que traga no seu bojo a promoção da mulher, tão importante como a ascensão das classes trabalhadoras e a descolonização dos povos.

De acordo com o autor o que se propõe é uma reforma das atitudes, e pensamentos sobre a função da mulher na sociedade, que este não seja feito de modo estereotipado, tendo em vista que deveria levar em conta a participação da mulher enquanto ser crítico, racional, direcionando ao feminismo a luta pela ascensão feminina.

O feminismo possibilitou as mulheres um novo olhar sobre sua condição imposta pela sociedade, instigando-as a lutar constantemente por seus direitos, promovendo a elevação à classe trabalhadora, desmistificando o período da colonização e suas características da época, por um novo olhar sobre seu papel, enquanto seres capazes de promover mudanças, como fizeram ao longo da história até a conquista de seus direitos por meio de reivindicações, exercendo atualmente papéis de suma importância.

Rodrigues (2002, p. 12) explicita claramente em sua fala o papel do feminismo para conquista de direitos:

Feminismo que tem se identificado, indistintamente, com o “movimento do potencial humano- uma projeção dos movimentos *beat* e de contracultura, subvertendo valores e rejeitando quaisquer normas que impusessem coação”. Vertentes de uma mudança social, com ênfase maior no indivíduo, juntando-se em seu criticismo, nos três últimos lustros, “à revolução das drogas, à revolução sexual, a libertação gay, aos movimentos do direito da criança, direitos civis, direitos dos indígenas e dos latino-americanos”.

Vemos, portanto, que este movimento do potencial humano referido na citação acima, condiz com as conquistas feministas, explicitando a negação de toda e qualquer forma de repressão presente na sociedade sobre as mulheres sob interferências culturais, trazendo uma visão crítica da realidade que possibilitou um olhar com ênfase maior ao indivíduo num todo e suas diversas formas de expressão, como vemos nas revoluções das drogas, sexuais etc.

A mulher finalmente passa a ocupar seu lugar socialmente e a ter direitos efetivados ainda que não de forma integral, convivendo com violações. Porém, toda esta evolução fez com que a mulher também sofresse com a sobrecarga de trabalho, não só de afazeres domésticos, mas passam a obter múltiplas funções dentro da família, carregando um fardo muito mais pesado que o anterior.

Vemos que o processo de subalternização da mulher sempre se manteve presente e faz-se presente até os dias atuais, porém com outras roupagens; sua emancipação e entrada no mercado de trabalho demandou constantes lutas para conquistar seu espaço, mas que as permitiu elevar-se financeiramente e adquirir condições mais favoráveis.

Atualmente podemos ver mulheres ocupando espaços em usinas, fábricas, bancos, na política, na direção de empresas, dentre outras funções que anteriormente eram destinadas somente aos homens, evidenciando ainda mais sua ascensão. Por outro lado, essa situação as coloca, como já mencionado, em condições de exaustão, sobrecarregadas, consumidas pelo cansaço ocasionado pela dupla jornada de trabalho e por desempenhar várias funções, sendo que por vezes o sustento da casa advém do trabalho da mesma.

As mudanças no papel da mulher por meio de embates e enfrentamentos trouxe mudanças para o lugar da mulher fora de casa, mas também repercutiu nas relações familiares.

Essas mudanças implicaram também, juntamente com outros fatores sociais, políticos e econômicos, nas transformações e na constituição de novos arranjos familiares. A concepção de família nuclear composta por pai mãe e filhos, embora ainda predominante na sociedade, passaram a conviver com novos modelos de família sendo eles, monoparental, homoafetiva, estendida, etc.

Todas as transformações ocorridas relativas à posição feminina na sociedade ao longo da história embora ainda existam resquícios da subalternidade,

permitiu às mulheres viver em uma sociedade menos desigual, possibilitando, além do voto, o divórcio e a constituição de novas uniões.

Hoje presenciamos o poder não só de manifestar-se, mas, também de tomar posse de cargos de poder e liderança, antes restritos aos homens e também o rompimento com a obrigatoriedade na manutenção de relacionamentos que tragam sofrimentos ou violência.

Canôas (1997, p.79) nos mostra em suas palavras o quanto as mulheres têm buscado seus direitos constantemente.

As mulheres brasileiras, como as mulheres de outros países, têm reivindicado seus direitos, procurando superar o papel a elas reservado pela sociedade patriarcal. A casa e a família deveriam ser os únicos interesses de suas vidas; no entanto, movidas pela sensibilidade e inteligência, passaram a fazer reivindicações para superar problemas ligados a condição feminina e, mais tarde, nas lutas, lado a lado com os homens.

Portanto, as mulheres têm se conscientizado do quanto foram subalternizadas ao longo do tempo, buscando quebrar com este paradigma que lhes era atribuído, cuja atuação se restringia aos cuidados da casa e dos filhos; estas reivindicações postas pelo autor pressupõe a superação desses papéis a elas reservado.

É importante indagar que os papéis sociais das mulheres sofreram inúmeras modificações decorrente da inserção ao mercado de trabalho, tendo em vista que o ato de trabalhar para além da esfera familiar as permitiu ser independente, autônoma, passou a ser mais valorizada, com voz ativa perante o marido e demais integrantes da família, bem como a sociedade, mas que ainda precisa lutar para assegurar os direitos no cotidiano, buscando a igualdade em todos os níveis da população masculina.

3.1 O Papel do Estado na Construção de Políticas Públicas Para Proteção da População de Rua

O Estado apresenta-se mais comprometido com a função social, assumindo amplamente o encargo da prestação dos serviços fundamentais aos indivíduos e ampliando sua esfera de ação, ao realizar investimentos a proporcionar

seguridade social, alimentação, saúde, habitação, educação e outros direitos sociais, ainda que muitas vezes esses direitos são existentes apenas na letra da lei.

A proteção social advinda do poder público deve promover aos cidadãos, o acesso igualitário aos direitos e buscar incessantemente na redução das mazelas da sociedade, intervindo de modo a transformar as necessidades do sujeito em direitos.

Dentre os grupos que necessitam da proteção das políticas públicas estão as mulheres gestantes, usuárias de drogas e em situação de rua, objeto da presente pesquisa. Essa parcela da população é invisível para grande parte da sociedade, bem como suas demandas vividas cotidianamente, expressões da questão social, sobre as quais o Estado tem a obrigação de intervir.

As mulheres neste cenário de desproteção necessitam de um aparato social que olhe para suas vulnerabilidades concretas pela sua condição de pessoa em situação de rua, sobretudo os riscos enfrentados que faz com que as mulheres estejam cada vez mais expostas e à mercê da própria sorte, e para sobreviver nesse universo precisam criar algumas estratégias, como nos ensina Vieira (2004, p. 58):

A mulher isolada é alvo fácil de qualquer tipo de sujeição e dominação física ou de qualquer outra ordem, mesmo ocorrendo com menores. O agrupamento torna-se, nesses casos, estratégia de sobrevivência, entendida enquanto proteção e segurança, não sendo fundamental com quem se agrupar e sim o ato de agrupar-se.

Estudos mostram que por conta dos riscos sociais aos quais a mulher está sujeita, a alternativa de proteção é andar em grupos, protegendo-se mutuamente e ainda criar, com esse agrupamento, a possibilidade de pertencimento grupal onde as iguais não são discriminadas aos olhos dos outros grupos sociais.

Desprovidas de casa, de trabalho regular e, na maioria das vezes, de família, as pessoas em situação de rua concentram suas expressões no corpo, geralmente carregam consigo apenas o mínimo necessário, como pertences pessoais, roupas e objetos; é como se carregassem seu mundo “nas costas”.

A fragilidade de uma mulher em situação de rua é expressão da questão social das mais significativas e graves, expondo toda a fragilidade da mulher que vive numa condição de extrema vulnerabilidade e que traz uma outra lógica de vida, de sobrevivência diária, sem segurança e sem regras.

Nessa lógica, nos esclarece Vieira (2004, p.100).

Baseando-se na lógica da sobrevivência na rua, é muito alto o custo que o trabalhador paga para ter teto e comida: o trabalho extenuante, o tempo controlado, para uma precária qualidade de vida, de alimentação e habitação. Uma vez socializado na rua, como retornar a um estressante cotidiano na construção civil ou em serviços gerais, aliado muitas vezes a problemas de saúde e alcoolismo?

A partir das considerações da autora é possível refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres (e homens) em situação de rua para romper com esse cotidiano e enquadrar-se novamente na lógica custosa da vida do trabalhador explorado, acrescentando ainda outros componentes como o alcoolismo, os problemas de saúde e a drogadição.

Pois já que morar na rua viola uma regra social do uso do espaço público, a forma como as pessoas podem vir a sobreviver possui falhas, pois se concretizam através do mercado de trabalho ou de bens que estão no poder dos capitalistas em que o trabalho aparece como a forma única de garantir o sustento, isto acaba criando e se auto afirmando respostas rudes para aqueles que não se enquadram nos padrões capitalistas. De acordo com Vieira (2004, p. 100)

No entanto, o morador de rua assume de forma extremamente rígida o estigma lançado sobre si, utilizando os olhos da sociedade para avaliar sua condição social. Sente-se um fracassado, um caído. A justificativa para essa situação oscila entre estabelecer razões externas, como a falta de emprego, a falta de apoio e a autculpabilidade, com destaque para o alcoolismo.

O estigma social, como defende a autora, é assimilado pela pessoa em situação de rua na medida em que avalia sua condição comparando-a com as expectativas de uma sociedade capitalista na qual são valorizados aqueles que produzem riqueza, potencializando em si o sentimento do fracasso.

Nesse sentido, cabe ao Estado, enquanto garantidor de direitos, criar propostas, programas e serviços que possam ser efetivados a esse segmento da população que necessita de todas as estratégias possíveis para superar esta situação de constante exposição a riscos.

As políticas públicas, no entanto, não são criadas pela lógica da universalização, ao contrário, como nos ensina Mioto (2015, p. 104).

No âmbito da implementação das políticas neoliberais desenvolvidas durante os anos de 1980 e 1990 na América Latina, as políticas sociais sofreram uma transformação substantiva. Nas propostas que foram criadas recorrentes:

pobreza, família e riscos. Vinculados esses termos há três aspectos-chave das novas intervenções tecnopolíticas sobre a questão social (i) focalização das intervenções estatais nos pobres na sua maioria urbanos, redefinição do papel da família nas novas formas de gestão dos problemas sociais, e incorporação de riscos como critério para categorização e ponderação das questões e grupos populacionais.

Vemos, portanto, que são criadas medidas que se baseiam na recuperação econômica e na distribuição de renda, resultando na melhoria da qualidade de vida, onde os pobres recebem assistências necessárias para romper com a pobreza, surgindo então programas focalizados com recortes assistencialistas e com a intenção de combater a pobreza, onde se torna responsabilidade do estado a promoção ao bem-estar para o mercado, a família e a comunidade. Segundo Mito (2015, p. 105).

O estado começou a delegar responsabilidades sociais em uma fase em que a incorporação das mulheres no mercado de trabalho começava a ser maior (De Martino, 2001; Pautassi, 2008; Schumker, ScornikeFields, 2009). E essas responsabilidades recaíram em grande parte no seio das famílias e dentro delas e nas mulheres.

Com base na citação percebemos que o Estado começa a ter suas responsabilidades sociais delegadas e que o avanço das mulheres na sociedade foi uma forma de reordenar os programas com vistas a redução de pobreza, que buscam promover o capital das famílias e pessoas, e que é um direito universal, é como se estivéssemos falando da política social contra a pobreza, em que envolve o público alvo desta pesquisa, onde Conforme Mito (2015, p. 115).

Ao contrário, esses programas têm por base e reforçam capacidades genericamente construídas como, por exemplo, a mulher como administradora de recursos e cuidadora de crianças sejam valorizadas em ambas estas qualidades e não como cidadãs trabalhadoras.

Sendo assim conforme citado acima percebemos que os programas de transferência de renda são parte das estratégias onde as mulheres merecem uma valorização maior, mesmo que não se encontrem inseridas no mercado de trabalho reforçando e identificando que suas potencialidades e capacidades ultrapassam o mercado de trabalho, já que possuem muito mais que o papel de detentoras de renda, são mães, cuidadoras do lar e de toda a família, ou seja, possuem funções duplicadas.

Além dos programas de transferência de renda como alternativa de intervenção do Estado na demanda de pessoas em situação de rua encontra-se também a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais aprovada em novembro de 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que possibilita padronizar, em todo o território nacional, os serviços de proteção básica e especial apresentando o propósito de cada um deles e os resultados esperados para que os direitos sejam efetivados. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013, p. 04)

A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou uma importante conquista para a assistência social brasileira alcançando um novo patamar estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial.

Os serviços nos quais se enquadram as pessoas em situação de rua na tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, são os serviços de proteção especial de média complexidade, denominados como: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que compreende a atenção e orientação na promoção dos direitos e funções protetivas que estão submetidas a situações de risco pessoal e social.

O serviço atua nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos garantidores de direitos e tem como dever incluir as famílias ou indivíduos nos serviços socioassistenciais e em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito dos cidadãos, e ainda atuar na prevenção da reincidência de violação de direitos, ou seja, para que os sujeitos uma vez que saiam da situação de vulnerabilidade não voltem mais a esta condição.

Considerando que o serviço PAEFI é complexo e que possui várias ações e programas voltados aos usuários escritos na Tipificação dentre eles a segurança e acolhida, segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social, segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social, articulação em rede e impacto social esperado, um outro serviço ao qual se identifica como usuário o sujeito em situação de rua é o serviço especializado em abordagem social também descrito na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013, p. 27):

Descrição: Serviço ofertado , de forma continuada e programada , com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que

identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil ,exploração sexual de crianças e adolescentes , situação de rua , dentre outras .Deverão ser consideradas praças , entroncamento de estradas , fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades elaborais , locais de intensa circulação de pessoas e existência de comercio , terminais de ônibus , trens, metrô e outros .O serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistencias e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

O serviço citado acima tem como objetivo construir o processo de saída das ruas possibilitando ao sujeito acessar todas as redes de serviço e benefícios assistências, identificar as famílias e indivíduos que possuem direitos violados, promover ações para a reinserção familiar e comunitária buscando identificar nessas pessoas suas potencialidades, utilizando métodos da proteção social, os quais estão detalhados na tipificação nacional de serviços socioassistenciais.

Portanto, percebe-se que os serviços apresentados pela tipificação devem ser concretizados através das políticas públicas que recebem um respaldo do Estado para serem efetivadas e que buscam como impacto social esperado contribuir frequentemente na redução das violações de direitos, assim como reduzir o número de pessoas em situação de rua, entre outras coisas.

É, portanto, responsabilidade do Estado a construção de diretrizes que possibilitem a (re) integração destas pessoas as suas redes familiares e comunitárias, buscando reduzir a desigualdade social das pessoas em situação de rua e franqueando a essa população o acesso a programas e serviços de efetivação de direitos, como previsto no caput (e incisos) dos Artigos 5º e 6º da Constituição Federal de 1988:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Portanto, é necessário que as ações sejam feitas em conjunto e executadas nos três níveis: municipal, estadual e federal, efetivando os direitos dos sujeitos de modo articulado em busca de garanti-los.

É com base neste contexto que se faz necessário a efetivação dos direitos das mulheres que se encontram gestantes, dependentes químicas e que estão

em situação de rua. O Estado precisa compreender que estas mulheres necessitam de uma resposta imediata para sair dessa situação tão grave e permeada por tantos riscos, criando novos serviços ou potencializando os serviços já existentes com vistas a atender a especificidade dessa demanda que deve ser pensada a partir de sua especificidade e complexidade, e executada através da intervenção técnica qualificada e comprometida.

3.2 Impactos Causados na Vida das Mulheres que Estão em Situação de Rua, Gestante e Usuária de Drogas

Sem dúvidas as mudanças ocorridas no que diz respeito à emancipação da mulher foi algo conquistado através de muitas lutas e que continuam em disputa no dia a dia. A mulher, submetida historicamente a privações e desigualdades, hoje está posicionada em um patamar de sujeito de direitos, embora a desigualdade na questão de gênero ainda continue presente.

A população em situação de rua predominantemente é composta pelo sexo masculino, mas a mulher está presente neste contexto em um número considerável.

Embora a mulher em situação de rua seja, comparativamente em menor número que os homens, sua condição feminina implica em situações peculiares, inclusive as questões relacionadas à subalternidade histórica a que as mulheres foram e ainda são submetidas. Sua submissão é algo a considerar em sua diferença para com o homem em situação de rua. Tiene, (2004, p. 61) pontua que:

A mulher, embora sofrendo a mesma repressão na rua, vivencia de forma diferente esta "inutilidade". Busca agradar, prestando serviços. Essa atitude pode ser analisada como historicamente condicionada, o feminino tendo sido treinado para a submissão, a obediência e a passividade.

A condição feminina, para além das questões sociais e culturais, esbarra ainda na questão biológica, pela constituição física da mulher que a torna mais vulnerável as situações a que está exposta nas ruas como a violência física, psicológica, sexual, que potencializam as dificuldades encontradas pelas mulheres nas ruas.

Somando-se a essas já numerosas vulnerabilidades, está a usuária de drogas, cuja dependência pode ser um lenitivo para suportar as vicissitudes da

permanência nas ruas ou a motivação para sua inclusão nas ruas em função de suas histórias de vida.

As ruas é cenário de uma população que permanece à margem da sociedade, sobrando de um sistema que não é capaz de inserir toda sua população como cidadãos. São pessoas, como ilustra Alves (2013, p. 05), que por determinado motivo (ou motivos) estão vivenciando esse momento a situação de rua:

Ou seja, com histórias de vidas singulares e específicas, mas que podem passar por problemas comuns referentes à migração, desemprego, baixa escolaridade e falta de qualificação profissional, problemas de saúde mental, uso abusivo e frequente de álcool e outras drogas, práticas delituosas, quebra ou comprometimento nos vínculos familiares e afetivos.

Para a mulher em situação de rua, ainda há um agravante pelo fato de possuírem a capacidade de gerar filhos, na medida em que comumente não faz uso de qualquer método contraceptivo ou de prevenção de doenças e estão expostas, para além de seu próprio desejo sexual, ao abuso, ou à prostituição como recurso de subsistência ou motivada pela dependência química. A gravidez das mulheres nessa condição faz parte de uma realidade que precisa ser explicitada e necessita de respostas urgentes dos serviços públicos.

A mulher gestante e dependente química é uma realidade que está posta, mas que fica invisível aos olhos da sociedade, seja pela condição de pessoa em situação de rua e de dependência química, ambas situações sociais que a sociedade insiste em ignorar. Mas essas mulheres existem e fazem parte de uma população que precisa de políticas voltadas para o atendimento de suas demandas, visto que a dependência química tem crescido de forma assustadora, e cada vez mais acessíveis em função da facilidade de compra e da produção de drogas mais baratas, como o crack, cujos efeitos são avassaladores.

Informações sobre os efeitos deletérios do crack, bem como a facilidade de aquisição da droga pelo acesso em abundância ou pelo baixo preço são amplamente divulgados em diferentes mídias. No entanto, essa ideia de droga barata é muito relativa, considerando que os efeitos da droga passam muito rápido e causam dependência quase imediata, convertendo o usuário a dependente químico.

Por consequência, na mulher que está gestante, esses efeitos se tornam muito mais graves, pois além de sua própria vida existe outra pela qual é responsável,

embora a dependência química possa reduzir sensivelmente sua capacidade protetiva, seja do bebê ou de si mesma.

Pensamos então nessa mulher que está em situação de rua gestante e dependente química, o que será dela e dessa criança? O que deve ser feito? Essa mulher provavelmente não irá realizar os acompanhamentos necessários para que o bebê nasça de forma segura, as drogas serão constantes na sua gravidez, prejuízos serão certos para a criança, seja na saúde seja em sua convivência familiar ao qual tem esse direito, pois segundo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990):

Art. 19 - Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Pois bem, para a mulher que está neste cenário obscuro, os impactos são muito mais intensos, será que existe uma rede de proteção que possa proporcionar para essa mulher o direito para que possua condições de superar essa situação?

Para a criança, embora em situação de risco pela condição materna, há a proteção posta no Estatuto da Criança e Adolescente, garantindo, mesmo que na letra da lei, seus direitos, especialmente após o nascimento, visto que caso a mãe não tenha possibilidades de permanecer com ela, estão postas as alternativas de colocação em família extensa ou em último caso para acolhimento podendo chegar ao processo de adoção.

A mulher, no entanto, continuará exposta as situações que lhe permitirão novamente fazer parte de uma estatística que cresce aos olhos da sociedade. Claramente vemos que a necessidade de um programa voltado para essa mulher que está em situação de rua e potencialmente capaz de gerar vidas. Mas gerar vidas em quais condições, sem o amparo necessário?

A situação de rua com certeza não é o melhor lugar para ninguém, mas temos a mulher como objeto dessa pesquisa em que colocamos como pessoas com necessidades específicas de sua condição feminina. Como diz Tiene (2004, p. 63)

Parece óbvio afirmar que o corpo feminino é construído diferentemente do corpo masculino, uma vez que as diferenças biológicas sempre existem. Contudo, além das diferenças biológicas existem os aspectos culturais. Esta compreensão é indispensável para se discutir a questão de gênero: o corpo

não é apenas determinado biologicamente, mas construído culturalmente a partir de valores sociais/políticos/econômicos. Portanto, nesta perspectiva, posso afirmar que o corpo de homens e mulheres nunca está pronto, mas continuamente em construção cultural.

Importante salientar a diferença entre homem e mulher em situação de rua como um espaço de convivência, onde a mulher tem suas particularidades que se difere do homem.

Em 2009 o governo federal criou a Política Nacional para População em Situação de Rua que traz no seu Artigo 5º os princípios que além da igualdade e equidade:

- I - Respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - Direito à convivência familiar e comunitária;
- III - Valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - Atendimento humanizado e universalizado; e
- V - Respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Sem dúvida a Política voltada para População de Rua foi uma conquista de grande valia, mas são necessários maiores avanços para sua efetivação e implementação.

Os impactos vivenciados pelas pessoas em situação de rua, em especial a mulher, devem ser estudados com critério para que possam modificar essa situação. Os prejuízos sofridos por mulheres que estão em situação de rua, usando drogas e gestantes são enormes, tanto na saúde como na vida social e emocional. As respostas para essa problemática devem ser materializadas através de ações concretas do Estado e também da sociedade que tem como dever olhar para essa população como parte de um universo em que todos estão inseridos.

Com a Política para População em Situação de Rua em 2009 teve como um dos objetivos a implantação do Centros de Referência Especializados. O Centro POP, por exemplo, é um dos serviços destinados a essa População que os trouxe como sujeitos de direitos retirando-os da invisibilidade.

Este serviço é específico para população de rua, onde os usuários têm um espaço de referência com direito ao convívio social e grupal, com atendimentos individualizados conforme sua necessidade.

Os Centros de Referência destinados a essa população são uma importante ferramenta para que possa ser utilizado para o enfileiramento dessas

demandas, em especial a mulher em situação de rua gestante e usuária de drogas que, como discorrido, necessita de um olhar diferenciado, pois, além da mulher existe a criança que possui direitos que devem ser preservados.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa objetiva compreender a realidade vivenciada por mulher em situação de rua, usuária de drogas e gestante no Município de Presidente Prudente e a vulnerabilidade a que estão sujeitas em função da exposição às mais diversas expressões da questão social, tornando-as excluídas da sociedade como um todo.

A abordagem escolhida para a presente pesquisa foi a qualitativa, a partir do entendimento de Minayo (2010, p. 102):

Numa busca qualitativa, preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação. Seu critério, portanto, não é numérico.

Partindo deste conceito, a presente pesquisa inicialmente foi realizada junto ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop de Presidente Prudente, serviço público ofertado a pessoas em situação de rua. De acordo com a cartilha de Orientações Técnicas (2011, p. 39):

No âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no Centro POP, configura-se como um espaço essencial para a oferta de atenção especializada no SUAS às pessoas em situação de rua.

No Centro POP foram coletadas informações que possibilitaram o acesso à realidade das mulheres em situação de rua, gestantes e usuárias de drogas no município de Presidente Prudente, sendo os dados referentes ao período de março de 2015 até o mês de junho de 2016.

O acesso a esses dados nos possibilitou conhecer o perfil dessas mulheres, ainda que breve. No entanto, queríamos entender o universo vivenciado por essas mulheres, através do olhar de alguém que vivencia a situação.

Para isso, realizamos uma entrevista com uma mulher que viveu em situação de rua, gestante e usuária de drogas e que atualmente encontra-se no Serviço de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua de Presidente Prudente.

Não se trata de uma entrevista comum, mas sim de uma entrevista com um direcionamento que possibilitasse às pesquisadoras acessar o universo da pessoa pesquisada e através de um olhar crítico; para tanto nos utilizamos da história de vida que, segundo Minayo (2010), é como uma entrevista prolongada na qual o pesquisador interage com o informante, combinando observações, relatos de lembranças, fatos de relevâncias com um roteiro mais ou menos centrado em um tema:

É um instrumento privilegiado para se interpretar o processo social a partir das pessoas envolvidas na medida em que se considerem as experiências subjetivas como dados importantes que falam além e através delas. (MINAYO, 2010, P. 127)

A mulher entrevistada foi escolhida através de informações por parte do CREAS POP de que havia no serviço de acolhimento para pessoas em Situação de Rua, uma pessoa que contemplava o perfil da pesquisa realizada. E através desta buscou acessar elementos constitutivos de sua vida, indo além das informações, sentimentos importantes vivenciados por ela em seu percurso na condição de pessoa em situação de rua e que tenham convergência com os objetivos da presente pesquisa.

A seguir, vamos trazer os dados e seus significados para a presente pesquisa, onde foi realizado um instrumental em forma de questionário, com dados coletados essencialmente para a realização do objetivo proposto e para complementar as informações, com o consentimento da equipe técnica do Serviço (Assistente Social e Psicóloga), na qual proporcionaram os conhecimentos do trabalho realizado e contribuíram para as informações sobre o perfil de Mulheres Gestantes, em Situação de Rua e Usuária de Drogas.

Como segundo campo a ser pesquisado foi entrevistada uma mulher acolhida pelo Serviço de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua de Presidente Prudente, na qual a cartilha de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua dispõe (2011, p. 29):

No âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por sua vez, são ofertados serviço de acolhimento. A previsão desses serviços no SUAS, parte, dentre outros aspectos, do reconhecimento de que nessas situações é necessário garantir a indivíduos e famílias que utilizam as ruas como espaço para moradia e/ou sobrevivência, acolhimento temporário e possibilidades para desenvolver condições para a independência, a autonomia e o autocuidado.

Para tanto o trabalho realizado no Serviço de Acolhimento para Pessoa em Situação de Rua é de suma importância para que o sujeito venha a superar este processo em sua vida. Sendo assim, a entrevista realizada na instituição nos proporcionou conhecer o funcionamento do serviço e com isso entender que a realidade exposta traz consigo necessidades voltadas a um serviço que seja específico para as mulheres gestantes em situação de rua e usuária de drogas, já que este atende a população de rua de modo geral. A pesquisa está baseada de modo quantitativa e qualitativa, por meio dos gráficos elaborados através de dados coletados, no Serviço Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua de Presidente Prudente.

De forma que o objetivo da pesquisa quantitativa vem a demonstrar o percentual de mulheres que se encontram Gestantes em Situação de Rua e fazendo uso de drogas, a mesma traz dados expressos em gráficos que visa demonstrar as vulnerabilidades a que as mulheres estão sujeitas por estarem em situação de rua e gestante, potencializando ainda mais os riscos por fazer uso de drogas.

O levantamento dos dados é uma forma de analisar o perfil das mulheres, e com essas informações avaliar de que maneira o trabalho realizado no Município de Presidente Prudente está contribuindo para que essa mulher seja alcançada pelas Políticas Públicas, para que o principal objetivo seja alcançado que é a saída dessa mulher da rua, o tratamento para que ela consiga sair do mundo das drogas e respectivamente possa ter condições de criar a criança, possibilitando uma nova vida para ambos.

A pesquisa quantitativa visa ainda retratar em números a quantidade de mulheres que estão em situação de rua, usuárias de drogas e gestantes, que fazem acompanhamento no Centro POP, conceituando ainda o índice que corresponde aos principais motivos que as levaram para as ruas, conhecendo de fato a vida dessas mulheres enfatizando a total relevância dos dados colhidos para propor soluções a estas demandas.

Por outro lado, o método qualitativo utilizado preza pela qualidade da pesquisa, baseado em dados reais e comprováveis, trazendo, sobretudo os serviços que são destinados a essas mulheres, porém a busca incessante de um ambiente que propicie um melhor atendimento, entendendo as necessidades particulares, e conceituando as dificuldades presentes em estar em situação de rua para as mulheres, analisando a mulher como uma pessoa que requer cuidados específicos principalmente por estar gestante.

O trajeto percorrido vem, portanto, demonstrar as falhas do sistema em atendê-las, e principalmente em evitar que estas mulheres fossem para rua, buscando compreender onde houve falhas para que o serviço de proteção não alcançasse a vida dessas mulheres.

Por outro lado, vale destacar que embora não haja um serviço de atendimento específico à mulher em situação de rua, usuárias de drogas e gestante, podemos dizer que o serviço por elas acessado surtiu grandes mudanças em suas vidas, como no caso da entrevistada cujo serviço ofertado a permitiu um novo olhar para a situação vivida, fortalecendo-a a sair das ruas, e aceitar um acompanhamento técnico dos serviços.

4.1 Retrato e Perfil Das Mulheres Em Situação De Rua Em Presidente Prudente

Para que pudéssemos conhecer a demanda mulher gestante em situação de rua e usuária de drogas no município de Presidente Prudente foi realizada uma pesquisa de campo junto ao Centro POP. A pesquisa contou com uma entrevista com a assistente social local e coleta de dados do serviço.

Inicialmente realizamos a entrevista com a assistente social da Instituição Centro POP. Após a entrevista foi disponibilizado o acesso a dados dos atendimentos; que foram 96 pessoas, as pesquisadoras elegeram o período compreendido de março de 2015 até junho de 2016, período no qual foram atendidas 14 mulheres sendo 05 (cinco) mulheres gestantes em situação de rua e usuárias de drogas.

Segundo informações da assistente social, as mulheres atendidas no serviço, quando aceitam a intervenção, passam por um acompanhamento; além do Centro POP elas são atendidas pelo Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua (SAPRU) e encaminhadas a uma UBS e ao Hospital Estadual e

ainda, por se tratar de gravidez de alto risco devido ao uso de substâncias psicoativas, passam pelos serviços de atendimento em saúde mental AME - AD ou CAPS AD.

Para facilitar a visualização e compreensão sobre as informações coletadas no campo, traremos os dados através de gráficos do perfil dessas mulheres que se encontram em situação de rua, gestantes e usuárias de droga.

A seguir, apresentamos os gráficos:

Gráfico 1: Faixa etária das mulheres gestantes em situação de rua e usuária de drogas

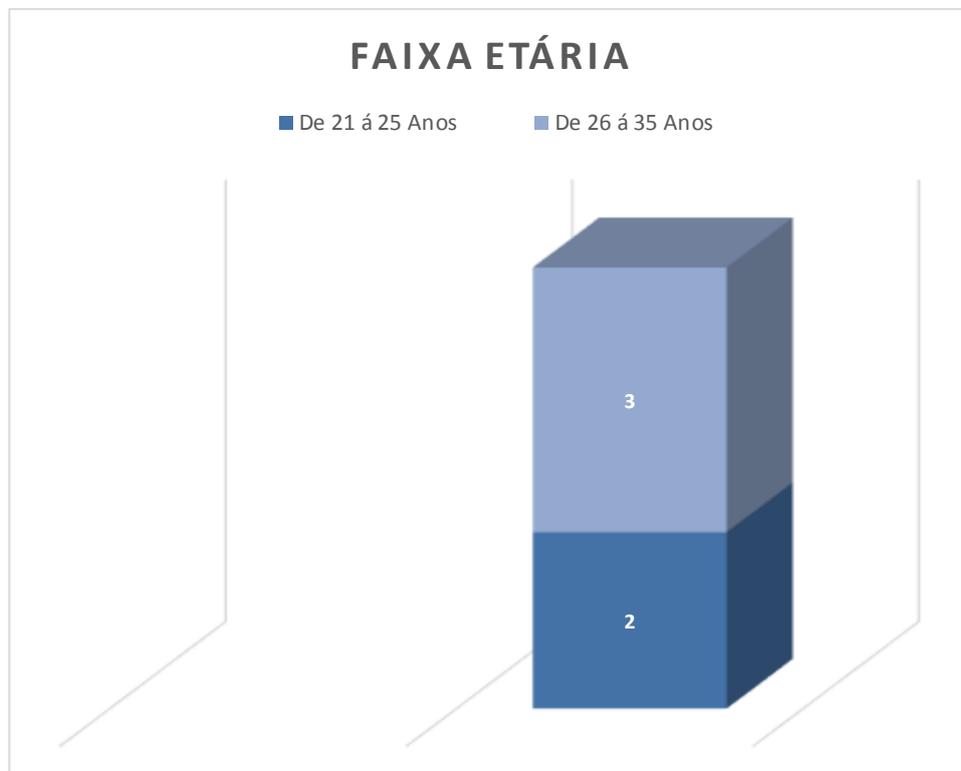


Gráfico produzido pelas autoras

O gráfico aponta que a idade das mulheres que fazem parte dessa pesquisa está entre 21 anos e no máximo 35 anos de idade. A totalidade delas são jovens, sendo que apenas 01 mulher possui mais de 30 anos. Muito jovens, saídas a pouco da adolescência, em plena idade produtiva e reprodutiva.

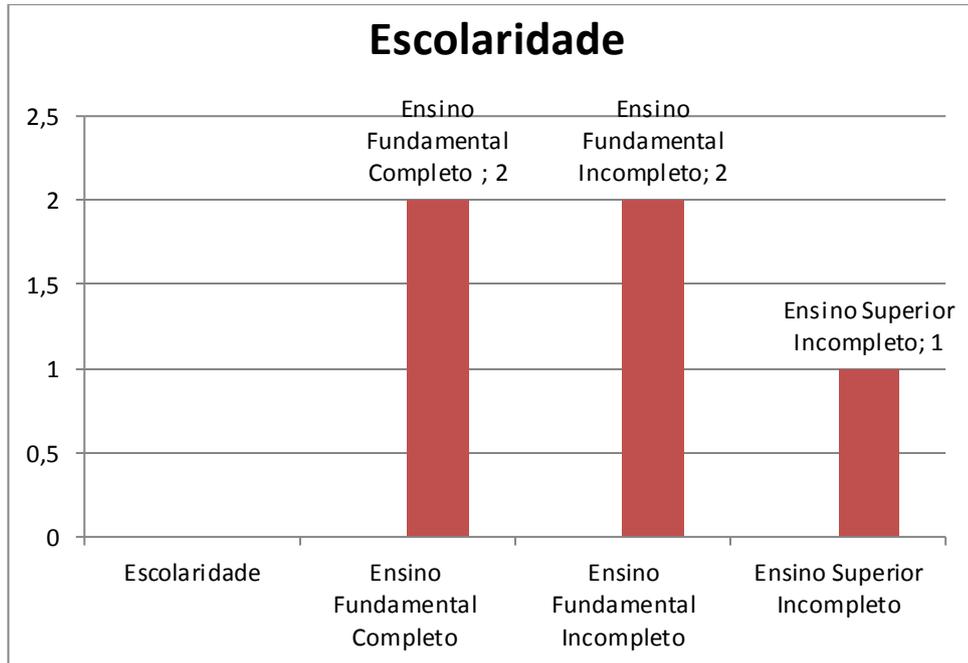
Gráfico 2: Escolaridade

Gráfico produzido pelas autoras

O gráfico acima aponta que a maioria das mulheres que utilizam o serviço do Centro POP frequentaram ou permaneceram no âmbito escolar em média por 9 anos.

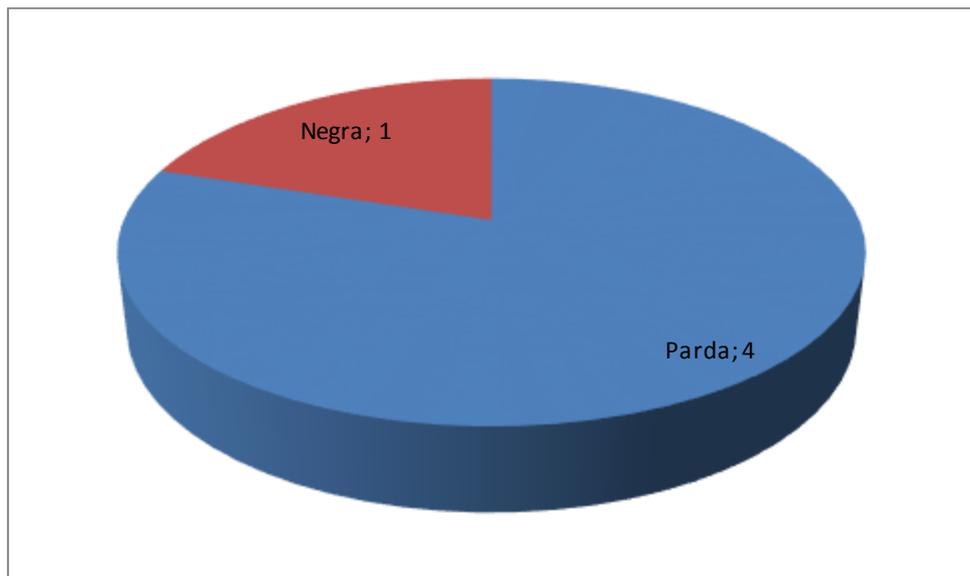
Gráfico 3: Cor da Pele

Gráfico produzido pelas autoras

As informações do terceiro gráfico trazem a questão da cor de pele das mulheres que fazem parte de nossa pesquisa, lembrando que a informação é auto declaratória, isto é, como a pessoa se identifica, interessante que a maioria, 4 mulheres, são pardas e apenas 1 negra.

Gráfico 4: Número de Gestações

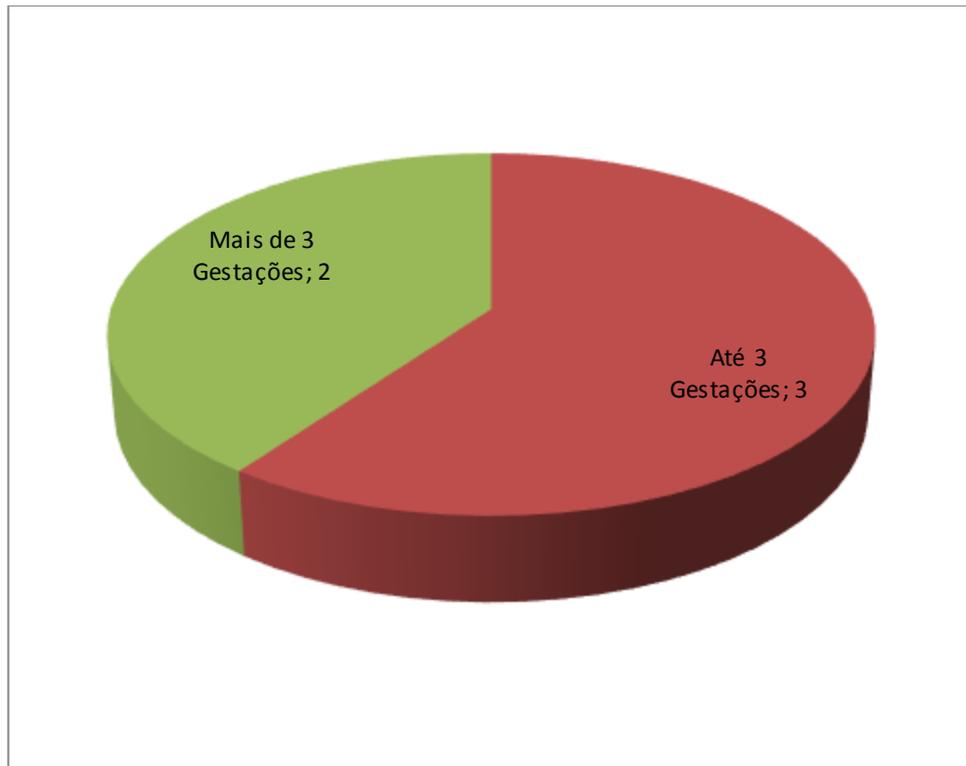


Gráfico produzido pelas autoras

Gráfico 5: Idade das mulheres e número de gestações

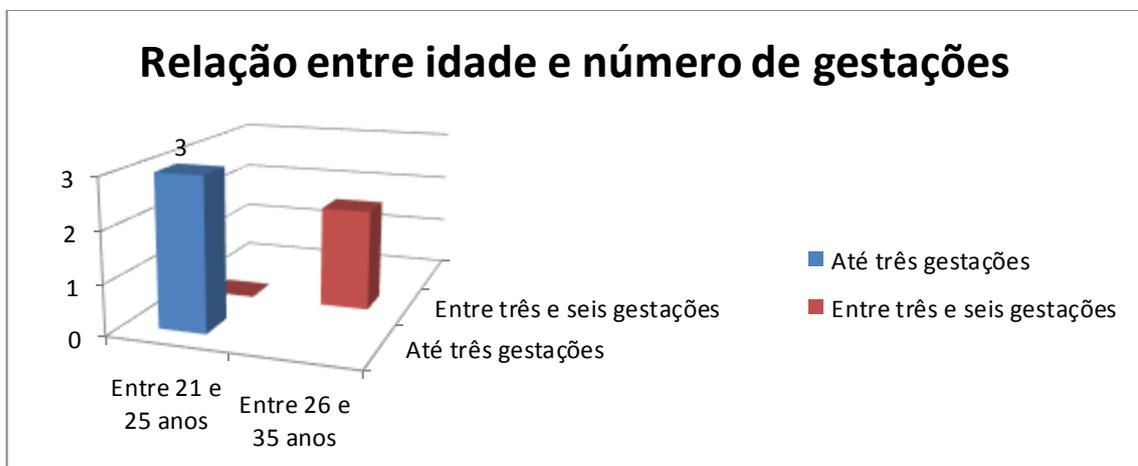
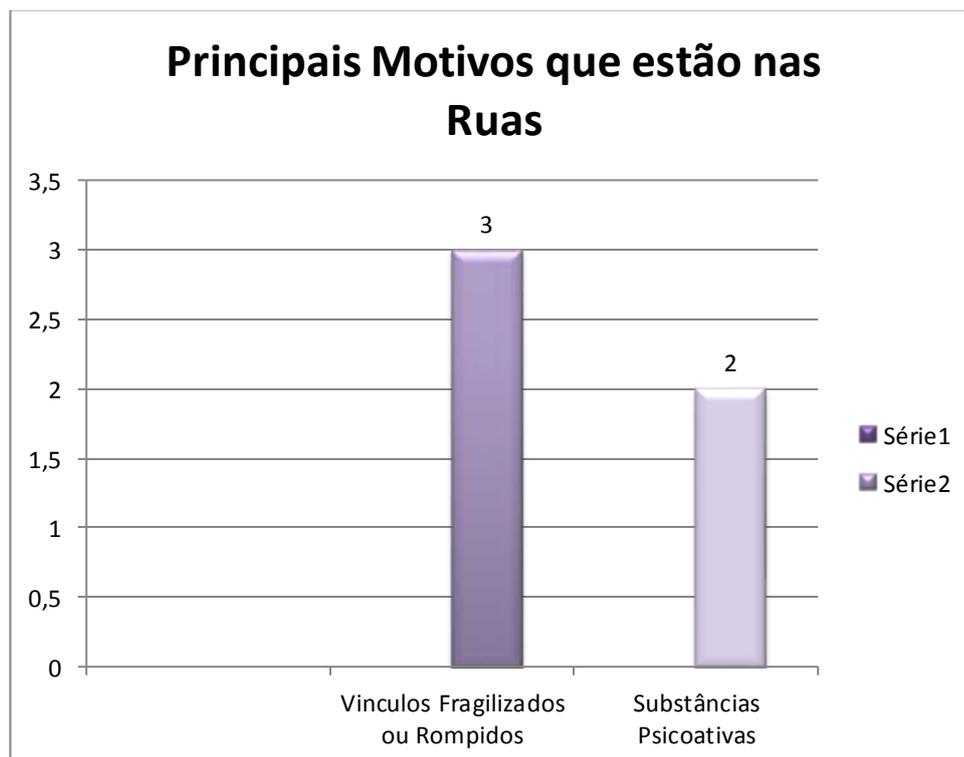


Gráfico produzido pelas autoras

Os gráficos 4 e 5 apontam para uma situação alarmante: quase todas as mulheres pesquisadas já tiveram gestações anteriores, sendo que 3 tiveram entre 2 e 3 gestações, situação que do ponto de vista social desperta inúmeros questionamentos sobre o destino e cuidado dessas crianças que, embora não seja objeto da presente pesquisa, merece ser investigado oportunamente em função da necessidade de proteção a essas crianças geradas em situação de vulnerabilidade social.

O gráfico 5 nos alerta para um outro questionamento relacionado à necessidade da criação de política de saúde para prevenção da gravidez e utilização de métodos anticonceptivos e de proteção contra DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis que possa, de alguma forma estar disponível a essas mulheres em situação peculiar que é a vivência em situação de rua.

Gráfico 6: Motivos pelos quais estavam em situação de rua



O gráfico 6 nos traz uma informação muito significativa e que, de alguma forma traz uma desconstrução do senso comum que reputa a vivência nas ruas à dependência química. Segundo dados do gráfico, a motivação que precipitou às

mulheres entrevistadas a viverem em situação de rua está predominantemente relacionada à fragilização ou rompimentos dos vínculos familiares.

Estes dados nos fazem refletir sobre as situações de vulnerabilidade a que essas mulheres devem ter vivenciado ao longo de suas existências e que não foram capazes de promover condições de proteção que possibilitassem escolhas que propiciassem condições de proteção e dignidade a essas mulheres e filhos.

Gráfico 7: Destino das Mulheres após o Nascimento das Crianças

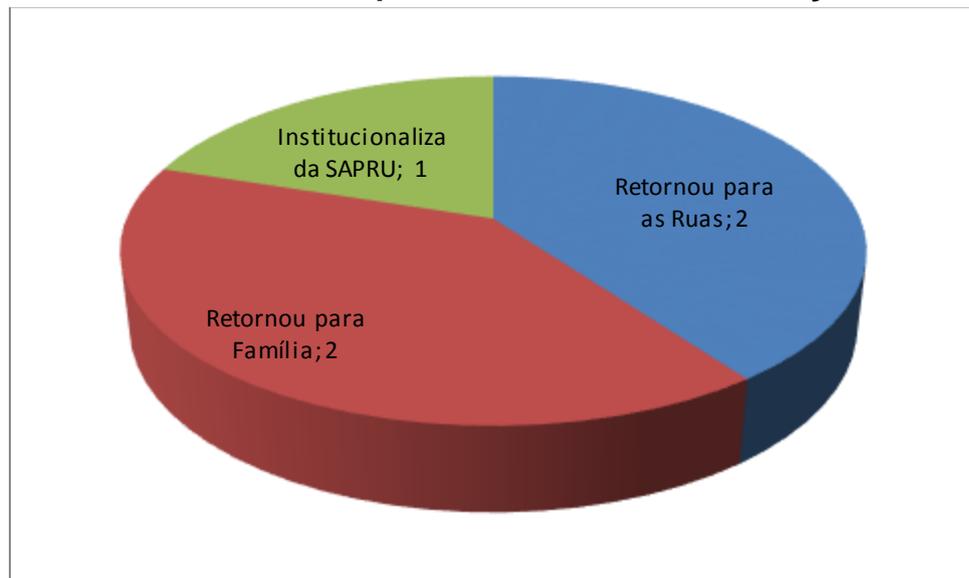


Gráfico produzido pelas autoras

O gráfico acima expõe de forma clara a situação das mulheres após o nascimento da criança, percebemos a importância da família pois 02 das mulheres 05 mulheres retornaram ao convívio familiar, mas 02 retornaram para as ruas continuando desprotegidas e expostas a toda vulnerabilidade e 01 delas está acolhida no SAPRU, Serviço de Acolhimento para População de Rua sendo acompanhada e preparada para o retorno a família.

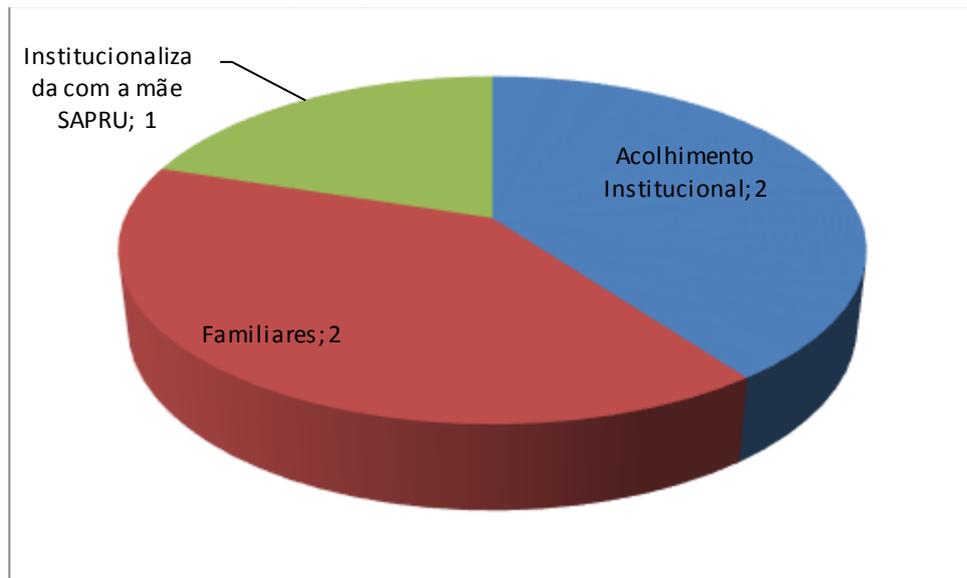
Gráfico 8: Destino das Crianças após o Nascimento

Gráfico produzido pelas autoras

O gráfico acima nos permite avaliar o que acontece com as crianças quando nascem, mais uma vez vemos a importância da família no acolhimento dessas crianças, pois 02 delas estão no convívio familiar e 01 está com a mãe no SAPRU, 02 crianças estão institucionalizadas trazendo significativos prejuízos para mãe e filho.

Quanto às gestações anteriores, o Centro POP mantém um registro através do banco de dados referente ao histórico dessas mulheres gestantes e colocaram à disposição para presente pesquisa, preservando a identidade das pessoas atendidas. A seguir, o resumo do histórico dessas mulheres através dos relatos da profissional e as mesmas serão mencionadas como MG³.

(MG1) todos os filhos cuidados pela família. Havíamos perdido contato com a mesma desde que saiu da situação de rua e retornou para seu município de origem, mas em contato recente informou que aos oito meses de gestação foi detida devido a processo de anos atrás, sendo que permaneceu detida por 9 meses, dos quais 6 com a filha, posteriormente a criança foi encaminhada para acolhimento institucional. Os demais filhos desde sua prisão permaneceram com seu companheiro. *E após sua liberdade tenta reaver a guarda da filha que está institucionalizada.*

(MG2) apenas um filho. Mãe e filho se encontram residindo com a família.

(MG3) o filho mais velho L.S.R, 19 anos foi acompanhado pelo CREAM LA/PSC e esteve internado na Fundação Casa, se encontra residindo com o pai recentemente obteve liberdade após passar anos preso. O filho M.S.R, 16 anos reside em outro município com os padrinhos. Perdeu o poder familiar de três filhos (sendo que as duas meninas foram encaminhadas para

³ Mulher Gestante (Grifo Nosso)

adoção). Continua no SAPRU com a filha caçula e em processo de fortalecimento de vínculos familiares.

(MG4) as duas filhas estavam em acolhimento institucional, todavia há alguns meses a avó paterna obteve a guarda da criança mais velha. A bebê possui microcefalia e ainda se encontra institucionalizada (família acolhedora).

(MG5) o filho foi encaminhado para acolhimento institucional e esta deixou o município. Perdeu o contato com todos os filhos. Os filhos gêmeos que teve quando residia no Paraná não tem notícias nenhuma, refere que ficaram sobre os cuidados de uma tia. A filha a qual deu a luz em Presidente Prudente em 2012 foi encaminhada para acolhimento institucional logo após alta médica e para família substituta com fins de adoção.

Durante os relatos dos profissionais do Centro POP, referente às mulheres sujeito de nossa pesquisa, é nítido vermos o quanto as mulheres vivenciaram diversas situações de vulnerabilidades pela situação de rua a qual estão submetidas, onde traz diversos agravantes que vem a acarretar, conseqüentemente a violação de todos seus direitos, promovendo desta forma o afastamento da mãe e do filho, por esta estar em situação de rua.

4.2 Retrato De Uma Realidade: A Vida De Uma Mulher Gestante, Em Situação De Rua e Usuária De Drogas

Falar sobre a população em situação de rua é tarefa complexa, considerando que envolve as mais diversas expressões da questão social e requer de nós um olhar mais aprofundado sobre suas mazelas. Todavia ao falarmos sobre população em situação de rua é preciso mencionar que estamos falando de homens, mulheres, jovens e crianças, destacando que não há um serviço específico que atenda prioritariamente à mulher gestante em situação de rua e usuária de drogas em Presidente Prudente.

Bem sabemos que a mulher historicamente vivencia uma condição social de submissão ao homem, ocupando um lugar de subordinação na sociedade, suportando, a partir dessa visão que privilegia o gênero masculino e que contribui com a naturalização dos ciclos de violência contra as mulheres, podendo resultar na busca da vivência nas ruas como espaço de libertação das violências sofridas no ambiente familiar. No entanto, o que encontra é a perpetuação deste ciclo de violência em função do ambiente inóspito e desprotegido da vivencia nas ruas.

Viver em situação de rua é uma condição de vulnerabilidade social intensa, para homens e mulheres. No entanto, a mulher, por sua condição feminina demanda necessidades e particularidades que não se findam com a vivência nas ruas.

Desta forma, se faz necessária a criação de um espaço público para o atendimento prioritário às mulheres em situação de rua uma vez além das violências inerentes à moradia nas ruas, como disputa de espaço, objetos, dentre outros, a mulher, por sua condição de fragilidade, fica exposta a outras violências, inclusive sexual, ficando exposta a contrair doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não intencional etc.

Como já mencionado na presente pesquisa (gráfico 5), os fatores da inserção das mulheres em situação de rua são predominantemente a fragilização ou o rompimento dos vínculos familiares.

Para além dos elementos colhidos para a realização do perfil das mulheres gestantes e usuárias de drogas em situação de rua, buscamos compreender como é, de fato, esse universo, a partir do relato da história de vida de uma mulher que vivenciou a situação de rua, o que passamos a discorrer, dentro do limite do interesse da presente pesquisa.

Estar em situação de rua significa viver em condição de extrema pobreza e vivenciar reiteradamente a violação de direitos, resultando na exclusão de direitos básicos como moradia, alimentação, educação, higiene dentre outros, situação cotidiana de quem utiliza de locais públicos como espaço de sobrevivência. Sobre essa questão, Maria⁴ nos relata sua experiência:

Foi assim: eu morava com ele ai essa última vez que já fazia 2 vezes que fui pra rua, ele não brigava nem nada era trabalhador tudo mais quando ele usava as drogas ai começava né eu ia dar conselho pra ele ai ele ficava alterado depressivo porque tinha gastado tudo o dinheiro, eu sempre procurava eu falava bom ele tá assim vamos esperar amanhã ai pegava ele sóbrio e conversava ai eu falava não é motivo ne nós tem nossos filhos nós tem que ter força ai é na hora que vinha as discussão só que ai ele ficava você tem que ir embora daqui porque o que que você perdeu? aí que num sei que , aí eu fui entrando em depressão em depressão aí quando pensou que não teve um dia que ele discutiu que ele chegou nervoso alterado aí ele ficou falando vai embora vai embora vai embora que que cê tá fazendo aqui? ainda tipo debochando né porque como que eu ia embora com os filhos né? aí eu peguei e saí falei quer saber de uma coisa vou embora mesmo porque ninguém é de ferro pra ficar aguentando aí fui, deixei ele dois filhos meus adolescentes já, e um pequenininho assim que era o mais novo naquela época, agora ele tem oito anos, fui né fui pra nunca mais voltar.

⁴ Maria: nome fictício adotado para designar a entrevista na modalidade história de vida

Do relato de Maria é possível compreender as vulnerabilidades a que estava exposta pelo uso de drogas do marido e a violência inerente a esta situação e mais ainda, a dependência e submissão vivenciadas em relação ao companheiro, materializadas na atitude do marido de expulsá-la do ambiente doméstico, onde viviam com os filhos. E mais ainda, a concordância dela em sair, por não suportar a situação, como se a casa e a família construída, com os filhos, não fossem dela também. Fica nítido o sentimento de subalternidade e impotência vivenciados por essa mulher que, não tendo apoio em outras relações familiares ou de amizade, elege a rua como morada.

A inclusão nas ruas, como já amplamente mencionado, traz consigo inúmeras situações de vulnerabilidade e sofrimento humano. Sobre essa situação, Maria vai relatando:

Aí eu fui indo comecei a beber, só usava a droga, eu num tinha vício com bebida, porque meu pai e minha mãe era alcoólatra mesmo, desde que eu era bebezinha fui com três mês de vida eu fui pro lar né, minha família fala né, aí fiquei até quatro anos e depois a minha vó ela já falou né, pegou eu e minha irmã porque meu pai e minha mãe entrou em um acordo de tá dando uma renda por mês né por parte deles assim sem mexer com justiça nem nada aí ela se animou e falou então vou pegar as menina, aí pegou só que ela fico um ano comigo e com a minha irmã, porque daí ela conseguiu um terreninho da prefeitura aí nós tivemos que voltar, aí nós voltemo de novo, depois eu com 5 anos e pouco 6, aí fiquei um ano depois saímo de vez quando criança fiquei no lar santa Filomena eu tenho até uma foto minha lá uma vez eu fui visitar meu filho que tava lá ai eu vi minha fotinha na parede.

Desse relato é possível compreender que a exposição de Maria a situações de vulnerabilidades não é recente, ao contrário, desde a infância foi submetida a uma série de vulnerabilidades: alcoolismo dos pais, abrigo, incertezas. A história se repete numa vulnerabilidade geracional; é nítida a história se reproduzindo.

A presença de sentimentos de dor, sofrimento e desesperança são companheiras constantes das pessoas em situação de rua, aliviados em breves momentos pelo uso de álcool e drogas. Maria, em sua fala, materializa esses sentimentos e busca apoio na fé para a superação desse sofrimento:

Na onde eu tava eu pedia no pensamento pra Deus ter misericórdia de mim pra me ajudar a sair daquela situação aí foi indo, foi indo, que eu fiquei grávida dela e não sabia aí teve um dia que eu fui na igreja ai eu pedi pra Deus, eu

falei ai Deus eu não aguento mais essa vida prepara um lugar pra mim, aí foi abrindo a minha mente assim eu pedi pra eles me levar o pessoal do SAMU me levar no HR aí levaram eu no HR analisaram lá deram soro pra mim né porque eu já tava debilitada eu tava grávida dela e tava pra rua, tava bebendo também né, mais eu não queria perder ela né, eu falei não eu não quero perder mais filho..... eu tava de quatro meses, durante esse período fazia o uso de drogas crack, maconha, bebia, beber assim por brincadeira entrava no bar pedia uma dose tomava, ai depois quando ia ficando de noite conforme foi aumentando o vicio da bebida ai eu passei a comprar daqueles corotinho, só que dai eu tomava um pouquinho e deixava lá pros pessoal que tomava também a rapaziada.

Outro aspecto importante trazido por Maria e que merece ser retratado é a questão do uso do próprio corpo como alternativa e recurso à sobrevivência, seja para aquisição de drogas ou ainda para alimentar-se. É evidente a precariedade a que estão cotidianamente expostos, numa realidade que o Estado não alcança com as políticas públicas existentes, não assegurando um direito elementar que é o direito humano à alimentação adequada, posto no artigo 6º da Constituição Federal:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Eis o relato de Maria que revela toda essa desproteção vivida e as alternativas utilizadas para sobrevivência:

Então alguém sempre que chegava e oferecia a droga, e eu chegava até se prostituir pra conseguir a droga, eu me prostituía para pessoas de fora não só para os que estavam ali vendendo a droga. Se prostituía pra conseguir o dinheiro mais para comer, ai tinha o pessoal que dava lanche, dava marmita, às vezes eu até arrumava dinheiro pra comer mais não conseguia parar porque estava naquela situação de rua toda suja, daí a bebida e a droga falava mais alto.

Na sua fala, a entrevistada, em diferentes momentos, traz uma preocupação com a família e manifesta a importância que eles têm em sua vida; por várias vezes ela retorna a fala sobre os filhos. Mesmo morando nas ruas, procurava, na medida do possível, ver os filhos, ainda que à distância, tendo sempre presente o desejo de voltar a morar em sua casa.

Só que ai eu fui pra rua né, mais eu ficava ali perto de casa, ali perto da linha mesmo que era pertinho da casa né que daí eu via meus filhos, assim na intenção né uma hora ele vai ter que chamar eu pra voltar pra casa só que ele gostava de mim e tudo, mais tinha a questão o orgulho né coisa que diz

não ela já ficou pra rua né, ai foi nisso dai que foi passando os tempos e nada dele chamar eu de volta nem nada e eu também falava ele tocou eu, eu que não vou pegar e voltar né com a cara limpa, ai foi indo, foi indo, foi ficando cada vez mais pior a situação mais difícil pra mim tá voltando pra casa, ai quando pensou que não eu encontrei meu filho. Meu filho falou: ah mãe meu pai foi preso por causa de você, eu falei por causa de mim não né tá certo que agente erra mais não por causa de mim, ai ele foi né, ficou dois anos e pouco ai nesse intervalo ai eu continuei pra rua,tava tendo alucinação já né porque escutava os pessoal assim, coisa da mente falando aí porque tem que dar um jeito porque o marido tá preso, meu filho também,tava se envolvendo já no mundo do crime chegou até a ir preso, o mais velho.Mais daí ele já saiu no começo desse ano, saiu ele o pai dele, ai agora agente tá lutando pra poder eu ir pra lá melhorar a situação, eu tenho 6 filhos com ele, o Lucas de 18 anos e o Matheus de 15 anos tá lá com ele; os outros foram pro lar, porque eu tive duas filhas né, elas foram novas pra doação, e um de 3 anos foi pra doação, hoje ele tem 8 anos, as meninas devem estar com 14 ou 11 anos hoje, então tem 3 filhos que foram pra doação.

No trecho acima mais uma vez observa-se a história de vida de nossa entrevistada se repetindo, com o acolhimento de três filhos e posterior adoção, situação até mesmo naturalizada, com a compreensão que era o melhor para eles.

Em relação a sua gravidez nas ruas ela menciona como um momento importante em sua vida:

Tenho seis filhos com ela (*referindo-se à última gestação*), com ele tive 5 filhos, só ela que não é dele. É, eu desconfio que a gente que é mãe sabe né, então eu desconfio muito, tem um rapaz, rapaz assim modo de dizer, homem né, que eu acho que é o pai dela, é eu vivia assim era igual namorado, era outro, isso eu gostava dele, não porque ele nem sabe, eu acho que se ele soubesse era capaz de ele fazer alguma coisa por ela porque ele trabalhava naquela Ipanema materiais de construção ele era entregador lá, mais ai entrou nos vícios também foi ai que eu conheci ele, ele começou a usar, isso só quando as vezes eu chegava eu via ele ai chegou a época de natal, ano novo né ai como se diz a gente vai se apaixonando ai acaba fazendo arte...

Ela traz ainda o momento de sua decisão de sair das ruas quando descobriu a gravidez, quando chegou ao Hospital e o trabalho que foi realizado com a equipe do CENTRO POP que a acompanhava e posteriormente do Serviço de Acolhimento, serviços que foram muito importantes para sua situação atual:

Aí eu pedi ajuda pra assistente social lá do hospital aí ela comunicou o pessoal do creas pop, já era acompanhada pelo creas, ai eles ligaram pra eles lá do HR aí trouxeram eu no dia 09 de abril do ano passado, aí graças a Deus eu tô até hoje, e o trabalho que tá sendo feito é pra ela e eu retornar pra minha casa, isso é, então porque quando eu vim pra cá eu bem dizer não tinha lugar pra eu ir né era só eu e Deus mesmo né, ai a assistente social do creas falou olha nós vamos ajudar você tá, ai o pessoal do creas falou olha se você ficar certinha aqui com nós você não vai perder sua filha, aí eu falei não eu não quero, aí eles pegaram e eu faço acompanhamento no caps já tô quase pra receber alta de lá né, porque quando eu vim pra cá o médico falou

ah você não precisa tomar remédio nem nada pra abstinência, aí eu falei não eu tô bem, aí eu foi a gestação inteira sem mediação sem nada, foi uma paz, eles levam eu no médico levam a nenezinha...

A história de vida da entrevistada demonstra todas as violações possíveis que uma pessoa pode sofrer, devido as diversas expressões da questão social a que Maria fora submetida.

Maria e a irmã em sua infância foram acolhidas em uma das instituições que existe em Presidente Prudente, viveram lá por dois períodos, quando saíram foram cuidadas pela avó materna, já que seus pais tinham um comprometimento com álcool e segundo relatos hora estavam nas ruas hora em sua casa, motivo pelo qual foram acolhidas. Além da irmã que foi acolhida com Maria, possui mais dois irmãos conforme sua fala:

Meu irmão ele nasceu até com deficiência de visão por causa da bebida aí tinha meu irmão, aí minha vó que cuidou do meu irmão né, aí logo teve minha irmã aí em seguida teve eu, ele é vivo, ele casou e é obreiro da universal graças a Deus, mora em Prudente também. Na casa da minha irmã hoje mora minha mãe que tá morando com a minha irmã, perdeu a visão né por que de tanto ficar na rua tem ela, outra irmã que tem problema, minha sobrinha de 12 anos e outra sobrinha de 9 anos é então meu pai faleceu tá com uns oito anos.

Fica claro que a ausência de proteção ocorreu durante toda a sua vida em períodos diferentes, exposta a inúmeras situações de vulnerabilidade e sofrimento humano.

Neste momento ela está institucionalizada sob a proteção do Estado e acompanhamento de uma equipe técnica, que está realizando um trabalho de extrema importância, buscando promover ações que possibilitem à Maria resgatar algumas perdas e prejuízos sofridos ao longo de sua trajetória de vida.

Por todas as agruras vividas, todos os sofrimentos enfrentados ao longo da vida, Maria nos traz que hoje está vivendo um momento único em sua vida, que está tendo outra chance e quer muito conseguir voltar para sua casa com sua filha e ter sua família novamente, segue sua fala:

Minha filha tá sendo acompanhada também porque tá com um burquinho no coração daí se num fechar vai ter que operar aí as meninas (referindo-se a equipe do serviço) falaram olha vamos ficar aqui até arrumar essa situação. Então agora tá tudo bem eu tô fazendo acompanhamento no CAPS eles falaram que eu tô para ter alta de lá eu tô indo certinho só esperando a operação dela para voltar pra casa. Ah eu penso assim cuidar dela né o

máximo de carinho que eu puder dar ne e cuidar dos meus filhos ate eles casar me dar um pouquinho de carinho pra eles né, porque quando agente tá nesse mundo das drogas é difícil agente ter uma relação de mãe com filho né, e viver minha vida se eu precisar trabalhar e ficar pronta pra receber meus netos e dar sempre conselho pros meus filhos né porque esse caminho não leva a nada né, e das drogas graças a Deus eu não quero nem vê, tem vez que eu olho assim eu lembro olha Graças a Deus cada dia que passa eu tô melhor do que eu tava porque eu falei mesmo pro pai dos meus filhos falei eu não quero nem saber de drogas porque eu penso hoje em dia as vezes agente lembra e não é porque agente quer usar é o que agente já passou então chega hora que me da ate calafrio assim na hora que eu lembro de tanta coisa absurda que agente faz quando tá no mundo da droga ai eu não quero mais eu quero agora é viver minha vida né até eu ficar velhinha.

Maria hoje tem outra perspectiva de vida, aos finais de semana tem ido para casa onde reside seu marido e seus dois filhos de 18 e 15 anos, com a realização de um trabalho construído aos poucos para que Maria saia gradativamente do Serviço de Acolhimento para voltar para sua casa. É um trabalho que exige planejamento da equipe do Serviço para que os ganhos obtidos até o presente momento possam ser fortalecidos.

Por fim, embora Maria tenha vivenciado todas as violações de seus direitos o Estado, ainda que tardiamente a alcançou através do serviço ao qual está sendo atendida, construindo novas possibilidades de vida, através de um trabalho de qualidade e comprometimento.

Esta é uma situação concreta, real. Maria não é um número, uma estatística, é uma mulher cuja história envolve muitas outras nuances que aqui não foram mencionadas. Mas é uma história que pode ter um final diferente do início, possibilitando à Maria, a partir dos apoios recebidos, construir para essa criança que hoje ela cuida possa ser protegida, como chances de escrever outra narrativa.

E que essa seja apenas uma história de amparo, devendo outras tantas somarem-se a ela, através de trabalhos técnicos nos equipamentos públicos com atuações comprometidas e que possam ser ampliadas as ações de proteção às mulheres em situação de rua e a seus filhos. Esse é o quadro que desejamos ter como realidade em Presidente Prudente e em nosso país.

4.3 Nota Técnica nº 001/2016 Conjunta dos Ministérios da Saúde e Desenvolvimento Social: Um Modelo de Atenção Integral para Atendimento à Mulher Gestante em Situação de Rua e Usuária de Drogas a ser Implementado

O percurso que trilhamos para a realização da presente pesquisa nos permitiu acessar ao menos em parte o universo vivenciado pelas mulheres gestantes em situação de rua e usuárias de drogas e compreender a necessidade urgente de implementação de serviços no âmbito do município que pudessem ofertar a esse público uma atenção integral às inúmeras necessidades vivenciadas no difícil cotidiano que vivenciam.

Esse modelo de atenção integral a esse segmento da população já foi pensado e recentemente, mais precisamente em 10 de maio de 2016, foi lançada a nota técnica nº001/2016 do Ministério da Saúde em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, prevendo a oferta de serviços integrados à Mulher gestante em situação de rua e usuária de drogas

A Nota técnica estabelece diretrizes, fluxo e fluxograma para atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos, com preocupação de assegurar os direitos humanos de mulheres, adolescentes e crianças, direcionados especialmente aos gestores e profissionais da saúde e da assistência social.

Reconhecendo como sujeitos de direitos e a necessidade de garantir entre outros os direitos a convivência familiar e ao acesso a serviços públicos de qualidade, conforme suas demandas. Esse documento traz a importância sobre a articulação entre os dois sistemas, Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Sistema Único de Saúde (SUS) principalmente, não deixando de fora outros atores como o Sistema de Garantia de direitos⁵.

O documento ressalta a demanda Mulher e ou adolescente em situação de rua e usuária de drogas como uma expressão da questão social, exigindo um olhar e uma ação técnica para a mulher gestante e para a vida da criança com suas

⁵ O Sistema de Garantia de Direitos é a articulação e a integração de instituições e instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, efetivando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Retirado de www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=o%20que%20%C3%A9%20o%20sistema%20de%20garantia%20de%20direitos em 27/10/2016.

particularidades, considerando a necessidade de uma avaliação criteriosa com vistas a garantir os direitos básicos da Criança/ Adolescente e da Mulher, tal como a convivência familiar e comunitária, buscando evitando decisões por vezes precipitadas no que se diz ao afastamento da mãe e do filho que acaba de nascer.

A Nota Técnica menciona também a necessidade de acesso aos cuidados para esse público de forma a garantir o direito à informação, documentação, atendimentos com os profissionais da saúde nos diferentes equipamentos tais como: Estratégia de Saúde da Família (ESF), os Consultórios de Rua, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), garantindo o acesso à saúde como um direito universal, devendo ser ofertadas ações de planejamento sexual e reprodutivo, prevenindo gravidez e infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Aids, disponibilizando exames, testes rápidos etc.

Quanto à Assistência Social, os Centros de Referência Especializados em Atendimento à Mulher, Centro Pop para População de Rua, Centro de Referência de Assistência Social, entre outros disponíveis nos territórios brasileiros são essenciais para contribuir com essa demanda complexa e singular.

O que fica claro nesta nota e que defendemos como proposta de implementação no município de Presidente Prudente é o Serviço de Acolhimento para Mulher Gestante em Situação de Rua e Usuária de Drogas através da oferta de um atendimento especializado direcionado à mãe gestante e posteriormente à criança ao nascer, sempre em conjunto as políticas de saúde e assistência social, estando em conformidade com a nota técnica nº001/2016:

Ressaltamos a importância de que, para o bom êxito de um serviço que realize o acolhimento conjunto de mulheres usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos, faz-se necessário que, além de proteção social e construção da autonomia, a metodologia do serviço também englobe questões relativas às necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool e/ou crack/outras drogas e ao fortalecimento do vínculo e do cuidado, possibilitando à mãe incluir no seu projeto de vida o seu papel de cuidado, proteção e afeto em relação ao(s) filho(s) e garantindo a proteção e o desenvolvimento saudável da criança.

Compreende-se, a partir da citação, que se trata de um trabalho processual e sistemático, necessário para a garantia de direitos à mãe e a criança recém-nascida.

4.4 Serviço de Atendimento à Mulher Gestante em Situação de Rua e Usuária de Drogas: Um Exemplo de Atuação a Ser Seguido

Com a realização da presente pesquisa foi possível o acesso a realidade vivenciada pelas mulheres gestantes em situação de rua e usuárias de drogas no município de Presidente Prudente e entendemos, como já mencionado, a necessidade de implementação de ações por parte do poder público que de fato possam representar na garantia de acesso a direitos desse segmento da população, já tão sofrido pelas condições de suas existências.

O exemplo ao qual a pesquisa sugere para ser uma modelo de atuação a ser seguido não parte do poder público e sim de uma ONG (Organizações Não Governamentais). Estas Organizações de finalidade pública atuam em diversas áreas, exemplo meio ambiente, combate à pobreza, saúde, educação, entre outras, geralmente de fundo social e sem fins lucrativos e são criadas por pessoas que pretendem defender uma causa. Embora não seja um órgão público traz um exemplo a ser seguido, pois entendemos que o Estado é responsável pelas políticas públicas de maneira efetiva.

Pensando nessa direção trazemos como ilustração e contribuição uma experiência exitosa já realizada por uma ONG, denominada “Lua Nova”, localizada na cidade de Sorocaba-SP, em atividade no município há mais de dez anos.

O trabalho da ONG é desenvolvido através de ações nas comunidades em situação de vulnerabilidade da cidade de Sorocaba e tem como foco a drogadição e a exclusão grave. A Lua Nova desenvolve também serviços de profissionalização, geração de renda e sempre busca inovar em suas propostas, onde possui como missão, resgatar a autoestima, a cidadania, o espaço social e a auto sustentabilidade de jovens mães vulneráveis, facilitando para que estas ocupem espaços nas áreas multiplicadoras de transformação de uma comunidade que está em riscos social.

A Lua Nova visa à criação de propostas inovadoras que abranjam no seu complexo as questões de vulnerabilidade como saúde, educação, profissionalização, geração de emprego e renda, sensibilização e inserção social efetiva na comunidade e moradia. E tem como prática reforçar sua autoestima, ajudando-as a reconquistarem seu espaço social, exercendo seus direitos de cidadania e dando-lhe apoio para aquisição de competência, influenciando políticas públicas municipais, estaduais e nacionais sensibilizando atores institucionais convidando a uma reflexão sobre as condições desta população e melhorar as redes de assistência, sua eficácia e eficiência.

Pelo exposto, compreende-se que a instituição realiza um amplo trabalho com as mulheres em situação de vulnerabilidade para que possam se reconhecer como cidadãs de direitos, ofertando um lugar onde podem criar expectativas de mudanças de vida tanto para elas como para seus filhos, através de um trabalho voltado justamente para aquilo que defendemos, um espaço específico que acolhe a mulher em situações de vulnerabilidade e oferece possibilidades para que ela possa se reerguer.

A Lua Nova foi criada em 2000 com a iniciativa de uma psicóloga brasileira chamada Raquel Barros, cuja história ligada a esse segmento foi iniciada em 1984 em Veneza (Itália) com o trabalho de uma comunidade chamada Villa Renata.

A Villa Renata atende jovens dependentes de drogas, funcionando como um Centro de Pronto-Acolhimento, administrado por uma Associação de Familiares com o apoio da Prefeitura de Veneza. Uma das suas principais estratégias é atuar em parceria com os serviços públicos e associações voluntárias, de maneira a estabelecer relações de colaboração e de complementaridade no programa terapêutico. O atendimento enfatiza a quebra do isolamento e propõe o enfrentamento da realidade na qual está inserida.

As experiências da Villa Renata nos primeiros anos já mostraram que as mulheres que tem filhos apresentam características próprias e significativas, diferentes das demais populações que também estão em risco, diferenças expressas como: saber impor limites, garantir apoio e segurança ao filho, cuidados básicos, instabilidade de emoções e sentimentos entre outras diferenças.

Foi então que a Psicóloga Raquel Barros participou da fundação da Casa Aurora, uma comunidade onde mulheres permanecem com os seus filhos durante o tratamento de drogadição e, a partir dessa experiência a Fundação Lua Nova foi implantada no Brasil inspirada nas metodologias da Casa Aurora e com o apoio da cooperativa Villa Renata, o que trouxe para o Brasil muitos desafios:

Entre as principais diferenças enfrentadas para a execução da metodologia no Brasil estão: os tipos de drogas utilizadas, a escassez de recursos comunitários (creche, escola, saúde, transporte etc.), a fragilidade das estruturas familiares de apoio e a menor disponibilidade de recursos de financiamento institucional.

Mesmo com as diferenças para que a metodologia fosse realizada, a Fundação Lua Nova se manteve e em 2010 realizou a disseminação de sua

metodologia voltada para a geração de renda e o desenvolvimento da capacidade das mulheres. E em 2012 passou a contar com um centro de formação presencial de profissionais que atuam com mulheres em situação de risco.

Atualmente as mulheres e seus filhos atendidos pelos programas Lua Nova, seja no acolhimento ou nos condomínios sociais ou nas quatro repúblicas de atenção à jovens, participam de diversas atividades. Segundo Raquel Barros “Lua Nova, nasceu da vontade e do sonho de poder dar à luz”, pois é direcionado às mães que até então eram marginalizadas e filhos que estariam possivelmente fadados ao mesmo destino.

Dentre os projetos realizados na Fundação Lua Nova estão o consultório de rua onde uma equipe multiprofissional atende usuárias de drogas, e atendem mais de 500 pessoas por mês e tem a finalidade de promover a saúde e ampliar as relações dos indivíduos.

Os demais projetos da instituição são “Criando Arte”, “Padaria Lua Crescente”, “Sorocaba Inteira”, e “Uai, Tudo Nosso”, todos os projetos com o propósito de promover mudanças nas situações em que vivem e despertar o interesse para que elas possam se perceber como sujeitos de direitos e escolher a melhor maneira de viver a partir de suas próprias concepções, diminuindo então os riscos de vulnerabilidade social e o desenvolvimento de outras habilidades.

Levando em consideração que este trabalho realizado pela associação Lua Nova tornou-se referência para outros estados Brasileiros, concluímos que é possível a construção de um projeto que vise a necessidade das mulheres gestantes, usuárias de drogas e em situação de rua, e que existem metodologias e mecanismos para a implantação de um serviço competente e de qualidade, se o estado, o município e a sociedade se unirem para a realização de políticas públicas de demandas tão complexas como esta e alcançar resultados importantíssimos para a transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa nos possibilitou compreender de forma mais ampla a realidade do fenômeno mulheres gestantes, em situação de rua, e usuárias de drogas, suas particularidades e suas dores, cuja situação é envolta em expressiva complexidade, resultante da exposição a várias expressões da questão social.

Foi possível apreender que a mulher gestante, em situação de rua e usuárias de drogas tem profundas marcas das mazelas das expressões da questão social inscritas em sua vida. As marcas são tão profundas e não foram trabalhadas ao longo de sua existência e, portanto, foram repetidas, como aprendido, em suas relações constituídas, demonstrando a fragilidade de suas vidas e a ausência de assistência em diferentes momentos de sua vida que poderiam ter possibilitado escolhas diversas para sua história.

A falta de políticas de saúde, educação, habitação, alimentação entre outras, ainda são as maiores causas para que a população em geral e, especificamente para que estas mulheres não consigam avançar em relação às perspectivas de vida; isto demonstra que a proteção social é insuficiente e não alcança parcela da sociedade, em especial as mais vulneráveis.

Entende-se que a rua muitas vezes serve como um espaço de refúgio, principalmente quando os vínculos familiares se encontram fragilizados como foi a situação que Maria generosamente partilhou com as pesquisadoras. No entanto, também é importante mencionar que, a partir do momento em que Maria decidiu buscar auxílio de um serviço no período em que descobriu que estava gestante, foi atendida e acolhida, o que vem possibilitando a ela a reconstrução de alguns aspectos de sua vida. Maria aos finais de semana está indo para casa onde mora seu marido e seus dois filhos, gradativamente está sendo realizada a aproximação com a família para futuramente retomar seu espaço na residência.

No município de Presidente Prudente foi possível entender através dos gráficos construídos a partir dos dados ofertados pelo Centro Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), a existência de demanda relacionada às mulheres em situação de risco, uma vez que, no período utilizado para a presente pesquisa, março de 2015 a junho de 2016, seis mulheres passaram pelo serviço com o perfil estudado: a vivência na rua, a gestação e o uso de drogas.

Apesar do acolhimento ofertado pelo Centro Pop em articulação com outros serviços do município, é preciso esclarecer que se trata de um serviço que atende toda a população de rua, sendo necessária a criação de um local específico para o atendimento dessas mulheres, cujas demandas tem relativa complexidade, necessitando, portanto, de um serviço de acolhimento com profissionais das áreas de assistência social e também da saúde para trabalhar questões afetas à gestação e ao uso de drogas.

Diante de todo este contexto podemos entender que as mulheres gestantes, em situação de rua e usuárias de drogas, utilizam a rua como um espaço de sobrevivência, de trabalho, de convívio social, de refúgio, pois cada uma dessas mulheres tem sua história de vida, suas particularidades que as levaram para as ruas, por isso a importância de profissionais capacitados que possam compreender essa realidade e promover de forma eficiente a saída dessas mulheres das ruas.

A pesquisa nos trouxe clareza sobre a necessidade de criação de um serviço específico que pudesse atender as mulheres gestantes, em situação de rua e usuárias de drogas ofertando a elas, em seu espaço, ações e serviços. Esses serviços poderiam ser ofertados através de equipes técnicas multidisciplinares, compostas por assistentes sociais, psicólogos, médicos, enfermeiros, cozinheiros, educadores sociais, orientadores jurídicos, entre outros, através de uma busca ativa dessas mulheres que se encontram nestas condições, acreditando que desta forma seriam obtidos resultados mais significativos em relação às transformações das condições em que vivem essas mulheres e possibilitaria, ainda, à criança a proteção a que tem direito.

As mulheres de nossa pesquisa ficaram gestantes nas ruas, pelas consequências das drogas e o alto risco de vulnerabilidade as quais estavam expostas. Esse dado mostra que a mulher merece ainda mais a proteção por conta de que a partir deste período estamos discutindo não apenas uma vida e sim duas vidas as quais necessitam de cuidados, é preciso que as políticas públicas deem à estas gestantes a oportunidade de serem mães, e aos bebês a oportunidade de serem filhos, em muitos casos já sabemos que o destino da criança será o acolhimento institucional, sem ao menos essas mulheres terem a oportunidade de transformar sua realidade no período da gestação, em relação ao uso da droga e das demais condições de risco em que vivem.

A necessidade da criação de um serviço específico, como mencionado acima se fundamenta na necessidade de proteção dessa mulher gestante, na intenção de proteger a ela e à criança que está gestando, dando a essas mulheres a oportunidade concreta de serem mães de seus filhos, sendo o acolhimento institucional da criança o último recurso, como posto na lei.

A oferta de serviços centralizados representaria uma proteção real, concreta a essas mulheres num momento de fragilidade e que merece toda a atenção, que é o período gestacional.

Trazemos como contribuição um olhar sobre essa demanda, apresentando elementos que justificam a criação de um serviço pelo município que possa ser referência de proteção às mulheres, visando a garantia de direitos que a vivência nas ruas acaba “roubando” de suas vidas, seus direitos, retirando delas a condição de cidadãs que necessitam da proteção de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **AS MORADORAS DE RUA ENTRAM EM CENA: a violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da “questão social”**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/asmoradorasderuaentramemcena.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2016.

BRASIL ESCOLA. **Crack**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/drogas/crack.htm>>. Acesso em 20 de maio de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Política Nacional Para Pessoas em Situação de Rua**. Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso em 17 de outubro de 2016.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil - subchefias para assuntos jurídicos. **DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em 12 de junho de 2016.

CANÔAS, Cilene. **O Olhar Feminino Sobre 2010**.- São Paulo: Ed. SESC/SP, 1997.

CARVALHO, Fernanda Cristina Gomes de; PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. **O olhar de três gerações de mulheres a respeito do casamento**. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bol. psicol vol.59 no.131 São Paulo dez. 2009

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luis; WANDERLEY, Mariangela. **Desigualdade e a Questão Social**. 3º Ed; ver e ampliada, 2º Reimpr, São Paulo: EDUC, 2011.

CENTRO POP. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Volume II. 2011.

COSTA, A. P. M. **População em Situação de Rua: Contextualização e Caracterização**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/993/773>> acesso em 22 de maio de 2016.

COSTA, Ana. **População em Situação de Rua: contextualização e caracterização**. Revista virtual textos & contextos, nº4, dez. 2005. Disponível em: <http://File:///D:/meus%20documentos/dowloads/993-3618-2-PB.PDF>> Acesso em 12 de abril de 2016.

DIAS, Carlos. **População de Rua** - Quem é, como vive, como é vista. São Paulo, 2004. Ed. Hucitec.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de Rua** – Uma Questão Social? Social Science. São Paulo – Fapesp. Educ, 2014.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2000. 13ª edição. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): Celats.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche** - Capital financeiro, trabalho e questão social- São Paulo 6º Ed. Cortez, 2011.

LUA NOVA. **Dando forças para quem tem vontade**. 2014. Disponível em: <<http://www.luanova.org.br/br>>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 12ª ed.; São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Nota Técnica Conjunta nº 001/2016** Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vv_B9vPawj0J:www.repi.ms.com.br/wp-content/uploads/2016/06/MS-MDS-Nota-T%25C3%25A9cnica-Conjunta_MDS-e-MS-FINAL-1.docx+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 23/09/2016.

MIOTO, Regina, CAMPOS, Marta. **Familismo Direitos e Cidadania** - Contradições da política social. - São Paulo, 2015. Ed. Cortez.

NORMATIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIAS E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO. Núcleo de Estudos e Pesquisa – NEPE. Presidente Prudente: Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo, 2016.

Perguntas e Respostas Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. **CENTRO POP SUAS e População em Situação de Rua volume II 2011**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livre-to-perguntas-respostascentropoprua-impressao.dez.pdf>>. Acesso em 12 de junho de 2016.

PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**- São Paulo, 2010. Ed. Contexto.

RODRIGUES, João. **A Cidadania e a mulher**. – Senado Federal- Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, Centro de estudos estratégicos- CEE- Brasília, 2002 Ed. Walter Costa Porto.

ROSA, Anderson da Silva; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. **A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil**. Botucatu, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n53/1807-5762-icse-19-53-0275.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes Mito e Realidade**. 3° ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. - São Paulo, 2011. Ed. Fundação Perseu Abramo.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão** - Petrópolis, RJ, 2008. Ed. Vozes. SIGNIFICADOS. Ongs. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/ongs/>>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

SILVA, Maria. **Trabalho e População em situação de rua no Brasil**. São Paulo, 2009. Ed. Cortez.

TIENE, Izalene. **Mulher Moradora de Rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas. SP: Ed. Alínea, 2004.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **População de Rua – Quem é, como vive, como é vista**. 3° Edição. Ed. Hucitec, São Paulo, 2014.

ENTREVISTA

1 – Como era a sua vida antes da vivência nas ruas?

2- E durante a vivência como foi à questão de serem gestantes em situação de rua, quais os desafios e riscos enfrentados por você neste período?

3- Você se envolveu com drogas? Se sim, quando foi que deu início ao uso? Antes de estar nas ruas ou foi na rua que possuiu esse conflito ou conflitos de outra ordem como uso abusivo de álcool, envolvimento com prostituição, entre outros?

4- E depois do período de gestação quais são suas expectativas de vida? Você permanece nas ruas, se sim quais são os motivos que a fez permanecer?

NOTA TÉCNICA CONJUNTA N° 001/2016

ASSUNTO: Diretrizes, Fluxo e Fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos.

1. Ao considerar a responsabilidade do Estado brasileiro de assegurar direitos humanos de mulheres, adolescentes e crianças em todas as circunstâncias, o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome apresentam este documento composto por diretrizes e fluxograma com possibilidades de atenção às mulheres em situação de rua e/ou usuárias de crack/outras drogas e seus filhos(as) recém-nascidos.
2. Este documento direciona-se, especialmente, a gestores(as) e profissionais de saúde e de assistência social de todo o país, reconhecendo o protagonismo do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na atenção integral a esse público. Fundamenta-se em marcos normativos nacionais e internacionais que, entre outros aspectos, atribuem às mulheres, adolescentes e crianças a condição de sujeitos de direitos, sendo necessário lhes garantir, entre outros, os direitos à convivência familiar e ao acesso a serviços públicos de qualidade, conforme suas demandas.
3. Necessidades decorrentes do uso de álcool e/ou crack/outras drogas requerem uma abordagem multissetorial e interdisciplinar, dentre as quais estão inseridas a Saúde e a Assistência Social. Devido à complexidade das necessidades que produzem as demandas, que envolvem tanto aspectos relacionados à saúde quanto à exclusão social, e por compreender que estas se encontram fortemente relacionadas, entende-se que para alcançar maior efetividade no atendimento é imprescindível uma ação integrada dos dois sistemas, bem como de outros atores dos Sistemas de Garantia de Direitos Humanos.
4. Entende-se que essa integração deve ocorrer desde a aproximação a esse público, realizada especialmente no espaço da rua, definindo-se fluxos de referência e contra-referência, considerando-se a articulação dos serviços do SUS e do SUAS envolvidos no cuidado ofertado à mulher e à criança, desenvolvendo uma proposta de gestão integrada do cuidado.
5. É fundamental orientar gestores e profissionais de saúde e de assistência social a respeito dessa temática, frente a algumas recomendações de órgãos do Sistema de Justiça para a comunicação imediata ao Poder Judiciário, por profissionais da saúde e da assistência social, acerca de duas situações: o nascimento de crianças filhas de mulheres em situação de rua e/ou

usuárias de crack/outras drogas; a situação de vida de gestantes nas mesmas condições e que se recusam a realizar o pré-natal. Tais recomendações – oriundas de órgãos como o Ministério Público⁶ - estão, por vezes, ocasionando decisões precipitadas quanto ao afastamento das crianças recém-nascidas de suas mães sem uma avaliação técnica de cada caso. Observa-se que mesmo em alguns estados e municípios em que não houve recomendação expressa do Poder Judiciário nesse sentido, tem ocorrido tal prática.

6. Cabe ressaltar que a *Recomendação* é uma ferramenta administrativa do Ministério Público, prevista no art. 27 da Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica do Ministério Público) dirigida aos órgãos da Administração Pública. Trata-se de um documento opinativo, uma vez que não possui poder coercitivo perante órgãos do poder público, sendo desse modo, de cumprimento espontâneo, porém incentivado^{7,8}.

7. Diante desse cenário, o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome apresentam posicionamento técnico para qualificação das ações voltadas a este público.

Do imediatismo à garantia de direitos humanos

8. O Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entendem que decisões imediatistas de afastamentos das crianças de suas mães, sem o devido apoio e acompanhamento antes, durante e após o nascimento, bem como uma avaliação minuciosa de cada situação, violam direitos básicos, tais como a autonomia das mulheres e a convivência familiar. A Constituição Federal - CF e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA trazem a convivência familiar e comunitária como um direito da criança e do adolescente, e tanto a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, quanto a Política Nacional de Assistência Social – PNAS-2004, têm por eixo constituinte a matricialidade sócio-familiar.

9. É certo que a criança não pode ser submetida a risco em sua integridade física e a sua saúde e é obrigação do Estado evitar qualquer violação de seus direitos. Há de se considerar, no entanto, que, para sua proteção, a legislação brasileira estabelece determinados trâmites nos quais prioriza a convivência familiar através do contato com a família de origem,

⁶ Conforme Recomendações n. 5 e 6, de 2014, do Ministério Público de Minas Gerais.

⁷ Análise crítica sobre o instrumento da recomendação do ministério público ao Poder Executivo Federal. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10946. Acesso em 20/07/2015.

⁸ A *Atuação do Ministério Público na Implementação de Políticas Públicas da área Ambiental*. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/ambiente/doutrina/id377.htm>. Acesso em 20/07/2015. Nesse sentido, o próprio documento ministerial explica: “a espontaneidade referida deve-se ao fato de que a recomendação ministerial não se impõe como ordem de coação: seu descumprimento não implica execução forçada, visto que não se constitui em título executivo”.

natural ou extensa. Cabe destacar que, no Brasil, a legislação voltada para a criança e o adolescente tem como base a *doutrina da proteção integral*, segundo a qual crianças e adolescentes são considerados *sujeitos de direitos* e, na sua relação com os adultos, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros objetos⁹ ou posse de seus pais.

10. A partir do ECA, identifica-se que o direito à convivência familiar visa propiciar a crianças e adolescentes ambiente que garanta proteção, cuidado e afeto necessários ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, o Estado deve assegurar os cuidados que contemplem as escolhas das pessoas envolvidas, dentre elas a manutenção do convívio entre mãe e filho, sempre que isso represente o melhor interesse da criança, não constituindo a falta de recursos materiais, eventualmente demonstrada pela situação de rua, motivo em si para a separação familiar¹⁰. Ao mesmo tempo – e também para tal garantia –, as ações em Saúde devem acentuar cuidados em algumas fases como a gestacional¹¹. Nesse sentido, cabe citar o artigo 23 do ECA:

Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

§ 1º Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio

⁹ O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente representa importante mudança de eixo nas relações paterno-materno-filiais, em que o filho deixa de ser considerado objeto para ser alçado a sujeito de direito, ou seja, a pessoa humana merecedora de tutela do ordenamento jurídico, mas com absoluta prioridade comparativamente aos demais integrantes da família de que ele participa. Cuida-se, assim, de reparar um grave equívoco na história da civilização humana em que o menor era relegado a plano inferior, ao não titularizar ou exercer qualquer função na família e na sociedade, ao menos para o direito. (GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Princípios Constitucionais de Direito de Família: guarda compartilhada à luz da Lei 11.698/08, família, criança, adolescente e idoso**. 1º ed. São Paulo: Atlas. 2008, p. 80.)

¹⁰ Art. 39. § 1º A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei.

¹¹ Art. 8º É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.

§ 1º A gestante será encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema./ § 2º A parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal./ § 3º Incumbe ao poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem./ § 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal./ § 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser também prestada a gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção. Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.